



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARIA THEREZA DIAS CAVALCANTI

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA:
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES NOS CARGOS POLÍTICOS
DA CIDADE DE MONTE HOREBE, PARAÍBA (1983-2016)**

CAJAZEIRAS-PB

2021

MARIA THEREZA DIAS CAVALCANTI

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA:
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES NOS CARGOS POLÍTICOS
DA CIDADE DE MONTE HOREBE, PARAÍBA (1983-2016)**

Monografia apresentada à disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

CAJAZEIRAS-PB

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764

Cajazeiras - Paraíba

C314p Cavalcanti, Maria Thereza Dias.

A participação feminina na política: as representações sociais das mulheres nos cargos políticos da cidade de Monte Horebe, Paraíba (1983-2016) / Maria Thereza Dias Cavalcanti. - Cajazeiras, 2021.

67f.: il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2021.

MARIA THEREZA DIAS CAVALCANTI

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA:
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MULHERES NOS CARGOS POLÍTICOS DA
CIDADE DE MONTE HOREBE, PARAÍBA (1983-2016)

Monografia apresentada à disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof. Dr. Israel Soares de Sousa
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof.^a Dra. Rosemere O. de Santana
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho primeiro a Deus que sempre foi meu alicerce e meu amparo nos momentos de fraqueza. Em seguida, a meus pais que me encorajaram em todos os momentos na minha trajetória acadêmica. Por fim, a minha família, meus amigos de curso, meu namorado e meu orientador que foi meu mestre, responsável por todos os ensinamentos na construção dessa pesquisa. Obrigada a cada um que contribuiu diretamente para a conclusão do meu TCC, levarei esses conhecimentos e aprendizagens sempre comigo.

Comece fazendo o necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível.

São Francisco de Assis

RESUMO

Esta pesquisa consiste em um tema relevante para a historiografia brasileira, ao analisar a participação feminina na política na cidade de Monte Horebe (PB), entre os anos de 1983 e 2016. Analisamos a representação feminina na política brasileira na contemporaneidade e verificamos a inserção, as conquistas e a evolução das mulheres na política horebense. A partir de autores como, Michelle Perrot, Margareth Rago, Gilberto Freyre, Ana Alice Alcântara Rocha, Luana Simões Pinheiro e outros que contribuíram de fato para a construção desta pesquisa. Estudamos também a participação política das mulheres no meio social do município de MonteHorebe, cidade do interior do estado da Paraíba e seus papéis em cargos políticos. Em relação aos municípios vizinhos, as mulheres conquistaram um longo período ocupando-se da política na cidade. Os cargos para vereança serão os mais cogitados, tendo-se nesse percurso apenas uma única mulher eleita como prefeita. O intuito foi apreender a trajetória biográfica profissional de cada vereadora e a prefeita, abordando aspectos que nos levem a perceber um contexto político local, e o que foi realizado em seus anos de atuação, levando em consideração que é um trabalho bibliográfico de História Local, em que suas principais fontes de estudo são documentos escritos.

Palavras-chave: História Local; Gênero; História das Mulheres; Política.

ABSTRACT

This research is a relevant theme for Brazilian historiography, when analyzing female participation in politics in the city of Monte Horebe (PB), between the years 1983 and 2016. We analyzed the female representation in Brazilian politics in contemporary times and verified the insertion, the achievements and the evolution of women in the politics of Horeb. We studied the political participation of women in the social environment in the municipality of Monte Horebe, a city in the interior of the state of Paraíba and their roles in political positions. In relation to neighboring municipalities, women have spent a long time dealing with politics in the city. The summer vacancies will be the most considered, with only one woman elected as mayor on this route. The aim was to apprehend the professional biographical trajectory of each councilor and the mayor, addressing aspects that lead us to perceive a local political context, and what has been accomplished in her years of activity.

Keywords: Local History; Gender; Women's History; Politics.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mulheres eleitas para a Câmara Federal nos estados do Brasil (1966-1990)	32
Tabela 2: Candidatas eleitas a vereadoras no município de Monte Horebe - PB (1983-2016).....	34
Tabela 3: Candidata eleita a prefeita no município de Monte Horebe – PB (2016).....	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA (1970-2006)	14
2.1 A limitação social feminina	14
2.2 A luta e o sufrágio feminino	18
3 A INSERÇÃO E CONQUISTAS DAS MULHERES NA POLÍTICA HOREBENSE	
.....	27
3.1 Histórico do município de Monte Horebe	27
3.2 A mulher no espaço político	28
3.3 Especificidades no poder local	33
4 OS ASPECTOS DE LUTAS DAS MULHERES QUE EXERCEREM CARGOS PÚBLICOS NA CIDADE DE MONTE HOREBE	40
4.1 A prefeita	40
4.2 As vereadoras	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

1 INTRODUÇÃO

É importante que as mulheres participem da história, pois foi com a luta dos movimentos feministas que se fez possível o exercício da democracia, a conquista de direitos em vários campos da sociedade, bem como a quebra de muitos preconceitos. Assim, é essencial verificarmos a relevância desse projeto voltado para “as donas do poder”, a caracterização da vida dessas mulheres, e os desafios encontrados por elas, considerando suas trajetórias no caminho da política. Apresento assim, a mulher horebense na política como principal objetivo dessa pesquisa.

Com o intuito de contribuir com o debate sobre a participação feminina no município de Monte Horebe (PB), o presente estudo tem como objetivos analisar a representação feminina na política brasileira de forma efetiva nos dias atuais, bem como verificar a inserção, as conquistas e a maior participação das mulheres na política horebense. Tivemos como norte a coleta de informações para a proposição de que a mulher como personagem principal desta pesquisa designa um importante papel quanto sua posição partidária. Não esquecemos de que é necessário mergulhar na história viva expressa pelas letras mortas dos arquivos, para que assim possamos sentir a expressão dos seus rostos e perscrutar suas emoções, manifestadas nos focos de tensão em cada momento que se fizeram presentes nas demandas e ações políticas.

Em toda a pesquisa foram utilizados autores, como: Joan Scott e seu conceito de gênero na sociedade contemporânea. Scott (1989) em seu discurso atribui luz sobre a história das mulheres: “O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.” É um universo simbólico que organiza aquilo que podemos enxergar principalmente no que diz respeito às relações sociais: A criação inteiramente social das ideias sobre os papéis de gênero designados aos homens e às mulheres. Na pesquisa, esse conceito fica evidente nos dados apresentados em tabelas e através de atas quando o município de Monte Horebe atingiu um número bem significativo de mulheres no setor partidário, porém sugerindo que essa participação das mulheres também foi uma grande participação dos homens, um implicando no estudo do outro. Por outro lado, a política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica, pois é um campo que existe muita resistência na inclusão das mulheres. O gênero tem que ser redefinido e reestruturado

em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça.

Em seguida, foi apresentado também Ana Alice Alcântara, Luana Simões e Michelle Perrot como fontes bibliográficas de referência, que se fizeram presentes na pesquisa com seus conceitos de mulheres no poder local, as vozes femininas na política e a escrita das histórias das mulheres. Essas autoras carregam em suas obras conceitos como a emancipação, igualdade, lutas, reivindicações e direitos, que foram fundamentais no desenvolvimento desta escrita.

É possível afirmar que a figura feminina na política de Monte Horebe, possui uma participação ativa, pois é sabido que para mulheres, inserir-se na política é um grande obstáculo, visto que o gênero é ainda uma ferramenta de opressão que as invisibiliza dentro do poder público.

O presente trabalho divide-se em três capítulos:

No primeiro capítulo há um breve histórico acerca da representação feminina na política brasileira de forma efetiva nos dias atuais, buscando situar o surgimento das pesquisas que a tomam como objeto de análise em relação à afirmação de que a figura feminina deteve apenas espaços de pouca visibilidade na sociedade. Ainda no primeiro capítulo, apresentamos discussão sobre as candidaturas femininas como um espaço em construção, que busca credibilidade e reconhecimento social, lançando luz sobre as imprecisões conceituais que habitam, sobretudo, na sociedade em relação à temática.

No segundo capítulo, apresentamos informações coletadas em investigação bibliográfica acerca da inserção, conquistas e evolução das mulheres na política horebense. Esse capítulo tem como função apresentar o panorama no qual as discussões sobre política se dão na sociedade horebense para, a partir disso, discorrermos sobre a mulher como “dona do poder” nessa conjectura atual (frente a todas as imprecisões e polêmicas que habitam os ambientes sociais e políticos).

No terceiro e último, o objetivo foi apresentar breves biografias e a maneira como cada personagem feminina desta pesquisa adentrou no meio político. Foi levantado questionamentos sobre suas posturas partidárias, e através de falas retiradas de atas que pudemos perceber o pouco e o muito que cada uma fez e mostrou durante seu mandato. Neste capítulo também foi atribuído imagens para que o leitor veja de perto e conheça cada objeto de estudo aqui analisado.

Este estudo não tem a pretensão de trazer conclusões sólidas sobre a temática, mas de contribuir para que as discussões sobre a participação feminina na política, especificamente na cidade de Monte Horebe, façam parte do cotidiano de toda a sociedade local, pois somente com essa disseminação será possível garantir a todos, inclusive, e no caso deste estudo principalmente, às mulheres, o direito de se fazer presente em nossa política de forma eficaz.

2 A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA (1970-2006)

2.1 A limitação social feminina

A figura feminina, na maioria das vezes, deteve espaços ocultos na sociedade cujos papéis foram destinados por seus maridos e pais. Historicamente no Brasil, a mulher vive em um espaço patriarcal em que a figura masculina foi considerada exclusivamente como peça social em destaque. Esta concepção continua atualmente na sociedade, para o caso em estudo na política e na economia.

As mulheres raramente na história foram consideradas sujeitos relevantes para a construção da vida pública, e somente em 1970 passaram a ser vistas também como protagonistas do mundo, como sujeitos da ação e com visibilidade maior na sociedade. Foi a partir da década de 1970, com a presença de autoras como Michelle Perrot (2007), que a história passou a mostrar a participação das mulheres na vida pública.

De acordo com o contexto histórico descrito por Perrot, é importante refletir sobre a influência da classe social nas relações de gênero e nas contribuições feitas para a mulher na vida pública. Na década de 70, os movimentos operários, que são os grupos contribuintes na vida econômica de uma sociedade e o destaque do setor social, passavam por crises devido às condições e às explorações no trabalho, enquanto isso os movimentos feministas eram evidentes, ganhando mais força e atração, levando a sociedade a voltar seus olhares para as figuras femininas, causando certo impacto, já que o movimento operário era visto por olhares burgueses.

A mulher precisava estar inserida dentro de uma categoria social, e não apenas sob a perspectiva de uma representação simbólica, ou seja, buscar validar sua luta e a sua condição histórica no espaço e na sociedade. Ambos os aspectos são militantes e ainda estão presentes no cenário atual. As mulheres devem ser tão bem assalariadas quanto os homens, e suas identidades, seus papéis, precisam ser reconhecidos. Suas lutas ainda são frequentes, e conquistaram alguns direitos no domínio do trabalho, mas as desigualdades ainda existem principalmente no que diz respeito a salários, qualificações ou condições de poder no trabalho.

Acredita-se que é no domínio político que reconheceremos uma maior renovação no que diz respeito à reconção feminina, pois a história das mulheres foi e continua sendo incorporada à reflexão.

No Brasil podemos perceber que autoras como Margareth Rago (2014) também preocuparam-se com o tema, devido o país passar por uma renovação historiográfica, sendo influenciada por filósofos como Michel Foucault. A revolução cultural de fins da década de 1960 nos Estados Unidos permitiu a construção de um novo pensamento humano, voltando-se para as discussões de gênero com a participação das mulheres. Emergiram no Brasil movimentos políticos e feministas influenciados nas ciências sociais do momento. Mesmo assim, ainda hoje as mulheres têm estado no lado oposto dos exercícios de poder e na participação ativa dos poderes, embora esse quadro tenha tido algumas mudanças preciosas e significativas.

O estreitamento do sujeito universal está ligado ao lugar das mulheres, e onde elas estão inseridas no campo historiográfico, pois as ações individuais e as práticas coletivas estão marcadas por figuras masculinas, mesmo tendo um maior resultado em sua participação.

Muitos historiadores, em alguns contextos, estudavam apenas a história dos homens e as suas façanhas, e somente marginalmente poderíamos ver as narrativas femininas ganharem destaque, fazendo com que a existência de um universo feminino expressivo e atraente não tivesse relevância. As mulheres jamais mereceram uma maior atenção em comparação aos homens, sobretudo nos temas clássicos da história. Contudo, é nítida a exclusão ou mesmo o autoritarismo sobre a evocação feminina.

Partindo desse pressuposto, podemos perceber que esse silêncio historiográfico vai se quebrando com os movimentos dos anos 70, desde as pressões dos atos femininos incluídos ao meio social. É evidente a busca feminina por emancipação. Surgiram transformações por meio das pesquisas através de estudos feitos no início dos anos de 1970 até começo dos anos de 1980. Houve várias contribuições da participação feminina no meio social, desconstruindo as imagens tradicionais das mulheres como passivas e incapazes de vida racional e de decisões de peso.

A limitação feminina do ir e vir era a mais clara manifestação do lugar ocupado pelo feminino no século XVIII. Somente no século XIX surgiram os primeiros núcleos em defesa

dos ideais feministas, intensificando o movimento, já que tinham sido desenvolvidos anos antes à sua intensificação por meio de uma concretude das ações femininas.

A história das mulheres no Brasil nasce a partir de uma historiografia do trabalho, e vai se modificando até o cotidiano. Retirando o silêncio produzido no discurso historiográfico e buscando uma visibilidade significativa nas demandas do espaço público, as mulheres passaram a ser pensadas enquanto diversidade e historicidade de situações sociais públicas. Vale ressaltar que a mulher esteve submissa ao mundo senhorial desde o período colonial, e não existiu uma preocupação dos historiadores até meados do século XX sobre essa participação, já que não foi um problema a ser discutidos para a produção histórica.

Tendo em vista a quebra desse silêncio, elevaram-se fortes aspectos dos pensamentos pessoais femininos, ou seja, a construção social em torno do feminino e sua disciplinarização do corpo, como no meio do ensino escolar e do seio familiar. Estes saberes de si e sobre si fez com que muitas mulheres naturalizassem a relevância e centralidade dos papéis masculinos nos setores sociais, e minimizassem atos, muitas vezes violentos, praticados por seus companheiros. Segundo Bourdieu (2012), a dominação masculina começa no processo histórico de masculinização e feminização dos corpos. A dominação masculina encontra no desconhecido um de seus suportes principais para justificação de suas práticas.

Torna-se evidente que as mulheres continuam tendo que lutar contra um discurso que estigmatizou o corpo feminino. Já os homens necessitam reforçar seus lugares de poder e movimentá-los socialmente para naturalizá-los por meio das práticas do cotidiano e nos meios jurídicos. As representações do masculino e do feminino não são simétricas e partem de uma hierarquização social.

A virilidade, como se vê, é uma noção iminente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo. (BOURDIEU, 2012, p. 67).

Tendo em vista que, antecedendo a década de 1970, em algumas publicações do campo historiográfico brasileiro, a maioria das mulheres estava ao lado da condição de subalternidade, não podendo decidir em muitas situações de sua vida, sendo submetidas a regras impostas por uma ordem social e economicamente dominante, não obtendo por vezes objetividade e sendo subservientes ao pai e, depois do casamento, ao marido. Torna-se

evidente a exclusão e ao mesmo tempo um pequeno avanço com o passar dos anos, transformando referências domésticas em personagens emblemáticas populares, apresentando os diferentes modos pelos quais as práticas cotidianas podem subverter imposições e controles diversos.

Mesmo que retratadas por sua condição de subserviência e a partir de seu papel secundário na vida social, as mulheres, como cita Gilberto Freyre em sua obra “Casa-Grande & Senzala” (1933), “é característico do regime patriarcal, o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto é possível. Ele o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo” (FREYRE, 2002, p. 805). Por esta concepção, o autor reflete a figura feminina e sua representação em uma década cuja submissão era verdadeiramente reforçada, havendo restrição de seu papel social e um maior enaltecimento da figura masculina.

O processo oculto de representação feminina na história pode ser exemplificado por dois intelectuais do século XIX, que acreditaram que a formação da família foi um dos fatores que alimentou a marginalidade do papel social do feminino: Marx e Engels defenderam que a dependência da mulher a um meio social masculino não foi o fruto de sua natureza, mas do resultado de um processo histórico desenvolvido pelas forças produtivas, no caso, da própria evolução da família. Assim, para estes pensadores:

A derrota do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem empunhou também as rédeas da casa; a mulher se viu degradada, convertida na servidora, na escrava da luxúria do homem, um simples instrumento de produção. (ENGELS, 1974, p. 245 e 146)

Por estas concepções, a mulher como o “ser reprodutor”, e o homem como o “ser de proteção” da esposa e dos filhos, cabia-lhe, respectivamente, responder com obediência e manter a ordem familiar. A maternidade, vivenciada de acordo com as regras sacramentadas pela Igreja e pelo Estado, e a correspondência às suas orientações concretizou para as mulheres como uma necessidade familiar, ligando-as mais ainda ao meio doméstico, devido à exclusão da produção social, tornando-se inevitável o trabalho fora, e fortalecendo o trabalho em casa, silenciando suas próprias vontades. A reprodução do lugar social era imposta como norma de conduta no casamento, como uma tarefa a ser feita através do sistema patriarcal desenvolvido. A mulher tornou-se uma espécie de propriedade privada do homem na relação familiar. Desta forma foi pregada a estrutura da família, adotando costumes e culturas pregadas e propagadas por lugares de poder.

A mulher, na condição de esposa e mãe, era por vezes desafiada pela ordem instituída: vigiada, controlada e submetida pelo panoptismo do Estado e da Igreja. Gerar filhos, ter um casamento glorioso e ser a “rainha do lar”, tornava a figura feminina perfeita. Essa plenitude feminina esperada pela ordem social era instituída, principalmente, às mulheres da elite com boas condições financeiras na família. Era este estereótipo do feminino que tomou visibilidade, servindo de exemplo às camadas sociais menos favorecidas.

Como auto sacrificadas sexualmente e materialmente reclusas, a imagem da mulher de elite se opõe à promiscuidade e a lascívia da mulher de classe subalterna, em regra mulata ou índia. (DEL PRIORE, 1993, p. 49).

Todavia, esse processo as leva a ver a submissão das mulheres na sociedade brasileira por meio de uma construção social e cultural da família. Seus papéis a todo o momento foram limitados frente à manutenção dos privilégios masculinos na estrutura social. Assim, a mulher que era vista pelo sistema patriarcal como emotiva, conservadora, familiar, passiva e consumista, ficaria isolada na vida doméstica sendo impedida de desenvolver atividades sociais na esfera pública de forma ativa, aonde as relações são à imagem e semelhança do mundo masculino. O casamento e o lar eram os locais de atuação da mulher. A liberdade de ir e vir estava tolhida.

2.2 A luta e o sufrágio feminino.

Na formação nacional, com vários quesitos e alinhamentos do poder político, juntamente com o surgimento do voto feminino, as mulheres pouco representadas historicamente devido a sua invisibilidade social, estiveram presentes nas ações políticas e de mobilizações em grupos sociais ou de lutas de resistência cotidiana. Porém, por vezes essas personagens que participavam desses atos eram silenciadas ou atuavam de forma anônima. Temerosas, tinham receio de serem perseguidas e estigmatizadas. Mas obtiveram na sociedade algumas conquistas por seus direitos (como a execução do voto), conseguindo incorporar propostas na Constituição brasileira de 1988, que foi a mais valorizada pela figura feminina, a que apresentou um empenho e desenvolvimento maior em relação à quantidade de mulheres lutando por um único objetivo: a igualdade e emancipação própria, inclusive até acessos aos cargos públicos sem distinção de sexo e estado civil. Foram criadas as Ligas

eleitorais, espalhadas por vários estados, com o objetivo de estimular as candidaturas femininas e a participação direta no poder legislativo. Além da ampliação dos direitos femininos, e a criação do CNDM (Conselho Nacional da Mulher), o número de propostas apresentadas por mulheres sofreu um aumento significativo.

Boa parte dos avanços e das conquistas obtidos na questão feminina nos últimos vinte anos pode ser rastreada em algumas das sessões que a Assembleia Nacional Constituinte realizou entre o dia primeiro de fevereiro de 1987, e o dia cinco de outubro de 1988. Pela primeira vez na história brasileira, as mulheres se fizeram representar de forma significativa em um grande ponto de inflexão de nossa trajetória política: a redemocratização que se seguiu ao fim do regime militar. Os efeitos benéficos da histórica participação das deputadas federais eleitas em 1986 geram frutos até hoje, e não podem mais ser apagados ou diluídos.

O sufrágio feminino, por exemplo, foi um processo que acarretou muito desafios em vários países. O voto era direito dos homens, principalmente os letrados e abastados. Tratava-se do exercício de uma cidadania garantida apenas por um determinado gênero na sociedade. Essa luta universal se deu pela busca de reconhecimento de todas as pessoas enquanto indivíduos e cidadãos.

No Brasil, o voto feminino foi consolidado em 1934, por meio de uma busca constante das mulheres na participação dos espaços públicos políticos. Com a Carta Magna de 1934, o direito feminino de alistar-se foi transformado em dever.

O direito ao voto feminino e ao poder de se candidatar, foram conquistas com lutas históricas de longa duração, com mulheres desbravadoras que lideraram as primeiras conquistas femininas e mostraram que lugar de mulher é também nos centros de decisão do país. (CHAGAS, 2016. Politize).

Depois da confirmação de um ato que de fato seria exercido pela figura feminina e glorificado em suas conquistas, as mulheres puderam ampliar-se significativamente no espaço público político da sociedade.

A participação das mulheres vem mudando, sejam como eleitoras ou até mesmo como candidatas aos cargos políticos. Mesmo que tal mudança ocorra em passos lentos, essa característica da presença feminina é fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira. Na década de 1970, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres só

representavam 35% do eleitorado, um número significativo, porém baixo se levarmos em consideração que as mulheres eram a maioria da população nesse período.

Atualmente, a porcentagem de mulheres no eleitorado aumentou, no entanto, mesmo com todo esse espaço conquistado, é preciso considerar que as cotas têm sua participação. Fruto de políticas afirmativas para ampliar a participação feminina, as cotas foram leis criadas em 1995 na Conferência de Beijing (IV Conferência Mundial sobre a Mulher), com o intuito de promover um maior número de candidatas, ou seja, hoje é importante que os partidos reservem uma participação de, no mínimo, 30% para cada gênero, recomendando nomes de mulheres a saírem candidatas e apoiar candidatos comprometidos com os interesses da população. Assim, esse crescimento pode ser associado à obrigatoriedade do cumprimento de uma lei eleitoral, e não por meio de uma sensibilização quanto às revoluções sociais e políticas femininas ou uma politização da sociedade sobre a questão de gênero.

O desejo de políticas afirmativas para o eleitorado feminino foi sistematicamente desejado. Entretanto, o número de mulheres candidatas ainda é proporcionalmente menor do que o esperado. As lutas necessitam estar no cotidiano das mulheres, sendo mais constantes para que possam atingir o resultado esperado. Apenas assim a mulher representará papéis mais destacados na política brasileira.

Tendo em vista estes dados, ao comparar as eleições de 1954 e 1955 em relação à década em que as mulheres começaram de fato a ter destaque, nos anos de 1970, dezesseis foram candidatas em âmbito nacional para as assembleias legislativas e sete foram eleitas. Em 1966, seis foram eleitas, mesmo sob um período de bipartidarismo e autoritarismo militar, seguido pelos prestígios de seus maridos. Alguns apresentavam a candidatura de suas esposas por estarem, por questões judiciais e eleitorais, impossibilitados de atuar na política.

No ano de 1970, houve mais 37 candidaturas femininas. Somente oito foram eleitas, mas pela primeira vez uma mulher adquiriu uma cadeira no Senado. Somente a partir de 1978 o quadro das representações femininas no legislativo começou a mudar, principalmente em termos qualitativos, pois as eleitas desta vez começaram a ingressar nesse meio, não por vínculos parentais mais próximos ou por estratégias políticas, mas pela inclusão de projetos independentes reconhecidos pelos eleitores e pelo interesse em mudanças sociais. As candidatas contavam com seu prestígio pessoal, decorrente de seu desempenho e de sua militância, baseada nas suas próprias lutas e tinham, portanto, uma identidade original. Neste

mesmo ano, 87 mulheres se candidataram às Assembleias Legislativas, trazendo várias mulheres em sua suplência. Nesse período o contexto do país era outro, influenciando nas candidaturas e práticas femininas das eleitas, fazendo com que as mulheres estivessem comprometidas diretamente nas lutas cotidianas.¹

No Brasil, em 1978, o feminismo buscou alcançar as estruturas formais do poder a partir da incorporação das mulheres, mas o Estado em sua estrutura dominante ainda as manteve afastadas do poder político. Esta atuação expressa uma espécie de cultura masculina constituída com base na desigualdade e na condição subalterna.

Em 1982, com a reforma partidária, forças políticas distintas se articularam em vários partidos. Essa foi uma das maiores eleições do país. Dez mulheres foram candidatas à primeira suplência e três a segunda no Senado, havendo um aumento significativo no número de candidatas. Das 134 mulheres que se candidataram a deputadas estaduais, somente 28 foram eleitas, e das candidatas federais foram 58, para as 8 eleitas. Nesse ano, o número de mulheres foi maior nos partidos menores. Nesses partidos, a luta interna e pré-eleitoral era intensa, canalizando acordos entre os grupos que controlavam o poder partidário. Apesar do aumento contínuo de feministas – grupo responsável pelo fortalecimento do papel político das mulheres e que exerceu importante lugar, entre eles a batalha pelo voto e o livre acesso das mulheres ao campo de trabalho, assim como o direito a cidadania e o respeito aos direitos da mulher e igualdade entre os gêneros –, muitos dos partidos inscreveram mulheres somente para atrair votos femininos, já que a estrutura partidária, a utilização dos recursos financeiros na campanha e os acessos ao horário gratuito da propaganda eleitoral continuavam fechados para elas. Os atos feministas, por vezes, polemizam a sociedade tradicional e busca constantemente a inserção feminina na política e na garantia de políticas destinadas à mulher.

Muitas candidatas se comprometeram com a transição democrática, com a melhoria das condições da população, com as ações feministas designadas às mulheres (como igualdade salarial, direito de ir e vir, decidir ou não ter filhos, punição contra violência) e, principalmente, com a sociedade. As mulheres dedicaram-se à militância partidária e a sua atuação legislativa em defesa da classe trabalhadora e das minorias. Esses trabalhos, reconhecidos em 1990, refletiram no número de mulheres candidatas e nos resultados eleitorais. Neste mesmo ano, com as eleições, foram eleitas 28 mulheres representando 15

¹ Jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo. 01/10/1990. Caderno Especial. 1994.

estados. Nas eleições de 1994, o resultado foi progredindo: foram 16 candidatas, com 3 eleitas no Senado Federal; e 188 se candidataram para a Câmara Federal, sendo 33 eleitas. (COSTA, 2014).

Em 1986 foram organizados eventos destinados diretamente às mulheres com o fim de estruturar e sistematizar as suas propostas a serem apresentadas na Constituinte de 1988, vinculadas aos movimentos feministas e ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Nessa Constituinte as mulheres buscavam a garantia de direitos e obrigações entre homens e mulheres de forma expressiva, ou seja, esse seria o início de uma série de direitos que buscavam ser conquistados. Um dos encontros foi promovido pelo Conselho, com a participação de 2 mil mulheres. Nesse encontro foi destacado o valor da família, a educação, o trabalho, a violência, a discriminação e a cultura em busca de melhorias para o cotidiano; aspectos que foram designados para todas as mulheres, em suas diferentes faixas etárias, raças ou estado civil. “A participação das figuras femininas na Constituinte é um exemplo para todos os movimentos sociais do Brasil, e sem dúvida foi uma edificante força para aumentar sua representatividade no cenário eleitoral político.” (MATA, 2018).

A Constituinte foi uma contribuição à compreensão da situação da mulher na legislação brasileira e da condição feminina no meio internacional. Esse ato foi radicalmente um exame objetivo da realidade jurídica e social, mostrando que nem sempre a legislação ordinária e a vida prática têm respeitado o imperativo constitucional. Apesar de não ter sido colocado em prática em sua totalidade, o texto constitucional trouxe importantes avanços para as mulheres, tendo mudado radicalmente o status jurídico das brasileiras que estavam em posição de inferioridade social em relação aos homens. Fez-se notar a importância das mulheres, integradas a vários partidos e ideologias, unindo-se e buscando, num ambiente machista e misógino como a Câmara, meios de representação a partir da própria condição de ser mulher. Exibiu-se uma luta contra o autoritarismo do masculino. (PIMENTEL, 2016, p. 87.).

Esse ato constitucional foi apresentado como a luta para a busca de vozes femininas brasileiras à plenária da Constituinte, caracterizando a não limitação da mulher às suas especificidades, inserindo essa contenda no contexto mais amplo das questões gerais que interessam a toda sociedade. Portanto, uma “Constituinte pra valer” insinuou uma maior potência no diálogo entre o político e as pautas dos movimentos de mulheres.

A Carta das mulheres aos Constituintes de 1987, trazendo as reivindicações e seus anseios democráticos totalizaram uma batalha de representação social, cuja figura feminina venceu e ganhou não só visibilidade, mas ostentou que os movimentos de mulheres formaram parte do cenário necessário para emergência do feminismo e das vitórias sociais.

Apesar de esferas do poder político no Brasil imporem alguns obstáculos de acesso à participação feminina, a eleição de Dilma Rousseff, uma mulher, a presidência da República, com um alto índice de porcentagem na maioria dos votos, propiciou uma aceitação mais significativa das mulheres. Porém, nota-se ainda que algumas poucas que conseguiram alcançar algum objetivo ou algum espaço nos cargos políticos foram por interesses familiares dominantes, usadas pelos maridos para atingirem seus interesses pessoais; outras, com pouca maturidade, mas com clareza e sem vínculos familiares; ou ainda por um empoderamento vital, como nos dias atuais podemos citar Marielle Franco, que foi eleita vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos, segundo o TER (Tribunal Eleitoral de Justiça).

Com o surgimento do movimento feminista, as portas começaram a se abrir de uma maneira mais significativa para as mulheres. A participação nas esferas do poder político institucional tornou-se uma possibilidade concreta de produzir transformações nas condições sociais femininas, pelo menos em termos mais adequados e legais. A representação do feminino parou de ser vista como uma figura desonrosa socialmente. As manifestantes feministas usam do direito da greve e de periódicos sindicalistas em suas lutas, adentrando de fato no setor público-político. “O movimento feminista existia no Brasil. Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presentes, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos.” (PINTO, 2003, p. 65-66)

Gradualmente o número de mulheres começa a crescer no parlamento, mas as dificuldades de acesso ainda são enormes. É importante lutar com perseverança e coragem contra a cultura patriarcal que determina os espaços privados das mulheres, e não as prepara para o espaço público, que é totalmente masculino. É necessário romper as barreiras dessa esfera partidária, e mais ainda preparar a mulher para ingressar nos cargos públicos por próprio mérito, acabando com o fenômeno de “candidata esposa”, que se elege em função dos interesses pessoais de seu companheiro, somente para ocupar o espaço político de um familiar. De acordo com Ana Alice Alcantara Costa (1994), em seu texto “As donas do

poder”, algumas mulheres que chegam ao Congresso por esse caminho não conseguem realizar seu mandato com autonomia, pois todas as ordens devem partir do seu esposo.

Pensando nas diferenças, o movimento feminista depois de outorgado passou por uma série de reorganizações, entre elas a luta contra as opressões políticas. As mulheres intensificaram suas lutas por direitos, obtendo progressivamente sucessos, abrindo caminhos em seu crescimento pessoal e social, o que acarretou uma maior importância no eleitorado feminino. Este aspecto enalteceu o crescimento e a força que as mesmas estavam alcançando, e fortaleceram as demandas do movimento que estão baseadas na criação de políticas públicas que garantam o bem-estar e a igualdade de condição das mulheres.

A questão dos direitos já não é apenas tema de reivindicações, mas passa a ser objeto de políticas públicas: as relações entre gêneros deixam a esfera da naturalidade, enquanto questões da vida privada, para ocupar espaços públicos e visíveis onde são discutidas. A violência doméstica, a contracepção, a divisão sexual do trabalho, o aborto, a educação diferenciada configuram as várias faces da dominação das mulheres ao mesmo tempo como objeto de denúncia e como tema de demandas e questões de política social (...) (SOUZA-LOBO, 1991, p. 230).

A persistência da invisibilidade da mulher em espaços políticos mostra-nos que ainda existe o desinteresse da população em muitos movimentos participativos. O número de pesquisas ainda é pequeno. A maioria das manifestações atribuídas às mulheres e que lhe dão visibilidade política são aquelas cujas questões são específicas das condições femininas, como a reprodução materna ou a da situação econômica da dona de casa. Reivindicações deste tipo, apesar de relevantes, dificilmente escapam dos padrões ao qual a população cristalizou o espaço do feminino. Mesmo que, após os avanços frequentes das lutas femininas, o contexto histórico tenha atribuído uma visibilidade maior a figura feminina.

A mulher por vezes suscitou pouco interesse nas pesquisas. Embora estudos interessantes tenham sido feitos nos últimos anos, são grandes as lacunas entre alguns períodos, assim como os acessos aos discursos escritos diretamente por elas. Geralmente acessamos falas produzidas pelos próprios homens. Entretanto, a História das Mulheres não pode ser vista apenas como uma história de protesto, nem se concentrar em figuras específicas. Deve-se investigar uma gama mais ampla e heterogênea das experiências de vida das mulheres: suas atividades, funções, problemas, percepções e valores. Deve-se partir para o estudo da diversidade do mundo contemporâneo, a complexidade dos papéis de gênero, analisando cada vez mais o espaço político como foco de interesse das mulheres.

Aos poucos, depois de lutas pelo reconhecimento, da conquista do voto e das mobilizações alcançadas, o número das mulheres ainda é desproporcional ao número de homens nos cargos eleitorais, sem corresponder às expectativas previstas. Poucas foram as que se lançaram às eleições como candidatas e como eleitoras. As leis foram mudadas, as mudanças foram promovidas, porém a participação feminina ainda necessita de uma maior representatividade.

As mulheres ainda permanecem submetidas a uma representação do feminino embasada na estrutura patriarcal da sociedade. A cidadania conquistada foi relegada a um segundo plano, pois de fato a sociedade ainda cristaliza suas práticas e legítimas normas patriarcais. A figura do masculino ainda representa o maior peso nas tendências de vitórias eleitorais.

A incorporação de idealizadoras do lar ainda se faz muito presente. Para elas, a filiação em partidos, a atuação direta em cargos ou até mesmo na execução do voto não detêm um significado maior. A insegurança, o desconhecido das regras do mundo público, os condicionamentos culturais e psicológicos, as práticas partidárias, tudo isso continua atuando sobre elas, e de certa forma mantendo-as afastadas da estrutura formal do poder político.

De qualquer forma, nota-se que o crescimento político feminino teve maior intensidade a partir das eleições e da redemocratização do país. Um aumento muito significativo desses dados foi destacado nas eleições de 2002 a 2006. As mulheres vêm crescendo a cada pleito eleitoral.

A presença feminina varia em cada estado do Brasil, principalmente depois da imposição das cotas em cada partido. Este recurso propiciou um número significativo de mulheres nas candidaturas, já que se tornou uma obrigatoriedade. Mesmo que a participação das mulheres ainda seja pequena nos partidos políticos, ao analisar a presença feminina no ano de 2000 nota-se que a sua assiduidade foi significativa neste espaço masculinizado. Portanto, atualmente, as mulheres ocupam importantes cadeiras no mundo do trabalho, apesar das desigualdades em diferentes aspectos. Romperam barreiras importantes, e continuam rompendo. Apesar de serem poucas aquelas que conseguem enfrentar tantos desafios no poder político, devemos entender que as candidaturas femininas ainda são um espaço em construção, que busca credibilidade e reconhecimento social.

As mulheres entraram de fato “em cena”, tornando-se visíveis, ocupando espaços

sociais e políticos, com destaque para sua presença nos movimentos de luta pela anistia política. Num leque de várias correntes de interpretações criadas pelos historiadores, recuperaram-se a atuação das mulheres como sujeitos ativos, de modo que as imagens de passividade, ociosidade e confinamento ao lar foram questionadas. A princípio as ações se concentraram em questionar a exclusão feminina no passado, e hoje ainda resta batalhar pela legitimidade do campo frente às reticências das que persistem vinculadas aos paradigmas universalizantes. Será, portanto, sempre um desafio a se cumprir, mas que a cada dia ganha força e participação feminina.

3 A INSERÇÃO E CONQUISTAS DAS MULHERES NA POLÍTICA HOREBENSE

3.1 Histórico do Município de Monte Horebe

Em 10 de outubro de 1925, em um galpão construído de madeira e palhas de catolezeiros, foi realizada uma missa em homenagem a solenidade do início de uma cidade. Dirigindo-se para ali o padre Manuel Otavio e o celebrante Antônio Martins, acompanhados também do escrivão que levaria consigo a escritura de doação do terreno, fundaram a sucessora cidade que receberia o nome de Monte Horebe, “em homenagem ao encontro de Moisés com Deus na montanha árabe de Horebe.” (LIMA, 1977, p161.). Em seguida, após a celebração de fundação, todas as pessoas que ali se encontravam, começaram a comemorar juntos em um almoço na casa de Joaquim de Sousa.

Nos dias seguintes foram iniciadas construções de residências e comércios, juntamente com a primeira mercearia do senhor Pedro Rodrigues, próximo onde hoje funciona a sede da Prefeitura Municipal. Já as primeiras casas foram construídas por Venâncio Dias do Nascimento, que sempre foi muito prestativo com todos.

Em 1960, sendo uma vila bem desenvolvida, Monte Horebe apresentava comércios, cemitério, cartório, igreja, correios e vários pontos de acessos ativos, fazendo com que os cidadãos deste município começassem a questionar sobre a autonomia política da cidade, já que neste período ainda era distrito de Bonito de Santa Fé. Então, acatando as reclamações e questionamentos da população, o senhor Lauro Dias de Oliveira, nomeado prefeito interino daquele período, em conversa com o governador da época, Pedro Gondim, obteve aval para iniciar um projeto concedendo em cinco de dezembro de 1961 a elevação política de Monte Horebe, a contragosto dos políticos da cidade de Bonito de Santa Fé que não queriam perder o controle da vila.

Atualmente, a cidade com quase 59 anos de emancipação, com 4.816 habitantes (IBGE), mantém alusão às festividades do dia 05 de dezembro, a maior festa realizada no município, composto de solenidades, com uma programação que visa envolver as comunidades da zona urbana e rural. Neste dia são realizadas apresentações ligadas diretamente à história local, fortalecendo suas origens e as tradições construídas para a localidade.

Partindo desse pressuposto, de que é um município ainda muito jovem, mas com um índice bem significativo e relacionado ao lado político, podemos perceber que as mulheres da cidade mostraram uma participação ativa no legislativo e executivo crescente ao longo dos anos, pois a cidade teve uma atuação de 9 mulheres vereadoras e 1 prefeita. Mesmo sendo uma cidade pequena, o número de representantes femininas é muito significativo. É perceptível em atas de posse que mesmo em uma época tão difícil, em que ainda existia um processo patriarcal muito intenso, podemos perceber uma participação em alguns mandatos de mulheres eleitas presidentas da Câmara: Maria Gonçalves em 31 de fevereiro de 1985 com quatro votos, e Maria Luzinete em 01 de fevereiro de 1989, de acordo com as falas registradas em atas.

Nos tópicos seguintes serão apresentadas estas mulheres na política da cidade, pois foram componentes dessa história e de uma trajetória política da qual elas fizeram parte. “Terra humilde, de crianças nobres. Mulheres sérias e homens varonis.” (MARIA; MÁRCIA. 2011)

3.2 A mulher no espaço político

Analisando aspectos específicos das candidatas em estudo, como a ex-prefeita Cláudia Aparecida Dias e as vereadoras Maria Gonçalves Bento, Maria Luzinete do Nascimento, Maria de Fátima Saraiva de Paiva, Mirtes Cavalcante da Silva, Sebastiana Inocência da Costa, Francisca Ferreira de Moraes, Shirley Moura Dias Palitó, Mércia Maria Dias e Josefa Alice da Costa, da cidade de Monte Horebe (PB), podemos perceber que no período eleitoral há mais agitação, aonde começam os conflitos, as disputas políticas e são adquiridas novas forças nas alianças dos grupos políticos.

As mulheres e a sociedade na qual fazemos parte são marcadas por aspectos que por vezes provocaram mudanças no mundo político, como, por exemplo, na participação feminina em um espaço masculinizado. Anteriormente, em meados de 1900, o destaque era minimizado, a figura feminina pouco era citada ou vista, seja em termos de candidatura ou até como eleitorado, de fato a participação de mulheres em eleições só é vista em 1932 no Brasil, após 25 anos que o primeiro país, como a Nova Zelândia permite esse acesso

(TERMACSICS, Anna. 1893). Tal característica social foi citada no capítulo anterior, a partir de uma análise de sua representação política e suas trajetórias. Nos dias atuais, é possível ver consideravelmente a campanha de mulheres em visitas domiciliares, em conversas em bairros, nos trabalhos voluntários, nas participações em festejos religiosos e em programações culturais da cidade. Trata-se de personagens históricas que resistiram às críticas, e dependeram das condições econômicas para a execução de suas diferentes atividades.

O diálogo entre elas, candidatas e eleitoras, e as ofertas de oportunidades e assistência são importantes fatores responsáveis nesse período eleitoral. No estado paraibano é muito frequente a troca do voto por favores, o que não se diferencia de outros estados da região. As baixas condições de vida, a crescente condição de miséria, a falta de emprego e informação, leva uma sociedade a depender de favores políticos em troca de seu voto. Nas cidades menores é mais comum pessoas transformarem seus votos em mercadorias, trocando por benefícios individuais e pouco éticos, muitas vezes até ilegais. Essas práticas são comumente denunciadas pela imprensa, por investigações feitas pela Justiça Eleitoral e ações da sociedade civil para combater o fenômeno. O exercício da cidadania traduz-se pela garantia de algum emprego ou compromisso posterior à campanha. Estas ações corruptas constantemente são vistas atualmente, mesmo com denúncias². Ao colaborar com esse tipo de prática, abre-se mão do papel do cidadão e o respeito à democracia, permitindo que um governante corrupto tome decisões que influenciarão sua vida e a de todos os outros cidadãos. E não é só o representante que se elege de forma corrupta, ao “comprar” um voto, pois o cidadão abre mão de seu direito e se corrompe também. Por isso, o voto é fundamental para que sejamos um país democrático, onde a população possa confiar nos seus representantes e receber tudo aquilo que precisa para uma vida de qualidade. (SOUZA, 2018.)

No início da participação direta e ativa da mulher na esfera política, no começo dos anos de 1900, existiu um contexto de obstáculos, mas também de conquistas. Ainda é evidente que várias são as formas de exercício misógino praticados sobre as mulheres, seja com o estereótipo de sensível, paciente, mais comunicativa com a população, entre tantos outros aspectos estigmatizantes do sentido feminino. Estas representações, por muitas vezes foram consideradas como os principais motivos que ajudaram as candidatas nas eleições.

² “Pelo menos 100 cestas básicas são apreendidas na Paraíba por suspeita de compra de votos. Polícia suspeita eu alimentos e produtos de limpeza estavam sendo trocados por votos .” - <https://g1.globo.com/pb/paraiba/eleicoes/2020/noticia/2020/11/11/pelo-menos-100-cestas-basicas-sao-apreendidas-na-paraiba-por-suspeita-de-compra-de-votos.ghtml>

Apesar dos estigmas, muitas acreditam que as generalizações não interferem em suas campanhas, valendo-se do trabalho realizado, o prestígio e os apoios recebidos.

Os condicionamentos sociais são os responsáveis por manterem a mulher afastada da vida política, e apresenta-se especialmente para aquelas com menor grau de instrução e as mais isoladas geograficamente em seu pequeno município.

No município proposto nesta pesquisa, entre 1983 e 2016, de fato temos uma boa representação feminina nos espaços políticos. São nove mulheres atuando diretamente na política, cada uma com sua particularidade que a levou ao cargo. Foram anos de batalhas travadas em ambientes pequenos e limitados, seja na câmara ou na prefeitura municipal. Trata-se de mulheres que, por vezes, são de condições sociais marginais e alcançaram um cargo político disputado e difícil de ser mantido. As mulheres que obtiveram cargos de representação política estiveram atentas para fiscalizar os gastos públicos municipais. Mesmo pequena, a cidade acarreta responsabilidades, e tais mulheres mostraram-se capazes de construir projetos que favorecessem o bem público. (MARIA; MÁRCIA, 2011).

Parte-se do pressuposto que as mulheres na política horebense perceberam a importância de garantir o controle e manter a fiscalização na administração municipal, mesmo que em alguns momentos de dificuldade.

As mulheres em sua maioria ocuparam cargos com o objetivo de garantir interesses políticos pessoais, não rompendo com as velhas estruturas patriarcais, e sim reforçando esses novos papéis que lhes foram incorporados, atribuindo mais interesse ao que de fato deve ser feito para a população. As mesmas exerceram de fato papéis políticos.

Em cidades menores, por serem de esferas sociais mais visíveis, essas personagens podem ser mais visadas, no sentido de que têm maior visibilidade, são mais conhecidas, detendo forte popularidade, levando em consideração que por serem ambientes em que todos se conhecem, as mesmas sejam inseridas em um contexto político aonde fazem parte de cargos públicos, e por isso ganhem um destaque maior entre a população. Entretanto, também são introduzidas às suas atividades domésticas por fazerem parte do cotidiano, constituindo responsabilidades e afazeres, não se livrando de seus labores constantes. É uma dupla jornada, entre uma vida política, uma emancipação social onde buscam destaque social e uma vida em que foram subordinadas a um papel doméstico, que se julga quase difícil, mas que está presente na vida das mulheres que exercem cargos políticos. Militam em partidos,

militam nas ruas por seus direitos, nos sindicatos e atuam no parlamento. Para elas, a jornada política serve como uma reivindicação de melhoramento do mundo e uma maior representatividade em suas lutas, diferenciando-as da forma como seguem uma trajetória dupla, que implica uma série de deslocamentos, incluindo concepções e realidades distintas.

O caminho tracejado pela figura feminina durante esses anos reflete como as atividades políticas agem de forma ampla nos condicionamentos do lar e bem-estar de suas famílias, incorporando com maior vigor a necessidade das mesmas ocuparem seus próprios lugares sociais. Neste sentido, como um referencial por ser mais visível, o município representa um espaço em que o estudo da participação política da mulher, e a análise de suas especificidades sejam valiosos, pois os cargos públicos possuem todo um poder e obtêm uma posição na hierarquia organizacional, apresentando de forma direta seus complementos e contribuições para a sociedade. Por isso, a participação da mulher no poder local representa todo um campo do saber a ser construído, pois ela é considerada uma líder que foi nomeada para um determinado cargo político.

Partindo de campanhas anteriores pode-se considerar que em tempos de pleitos eleitorais, nos municípios e em outras instâncias governativas, as pesquisas são duvidosas quanto à posição das mulheres e até mesmos dos homens. Mesmo assim, podemos perceber um aumento cada vez mais crescente nos números de mulheres que passam a ocupar não somente os cargos público políticos, mas as que buscam adentrar de fato nesse espaço através de candidaturas. Atualmente percebe-se que as mulheres estão votando mais entre si, que buscam mais apoio uma nas outras, nota-se que estão unidas na necessidade de se imporem, de querer fazer parte de um ambiente que até então foi caracterizado como masculino. Uma crescente valorização do eleitorado feminino desde a década de 1970, por parte da sociedade, dos partidos, e não só através das indicações, mostra cada vez mais a incorporação das demandas femininas aos programas partidários e plataformas eleitorais. Percebe-se um crescimento significativo nos estados nos anos eleitorais, entre 1966 e 1990, onde o Nordeste como uma das maiores regiões do Estado brasileiro detém um índice maior de candidatas nas eleições. Associando estas informações ao município de Monte Horebe, podemos perceber esse crescimento na década de 1990, até o ingresso da primeira prefeita eleita em 2013, Cláudia Aparecida Dias. Segundo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), os dados informam o seguinte:

Tabela 1: Mulheres eleitas para a Câmara Federal nos estados do Brasil (1966-1990)

Ano	Estados	Total
1966	Bahia Minas Gerais Rio de Janeiro São Paulo Santa Catarina	05
1970	Bahia	01
1974	Rio de Janeiro	
1978	Pará Pernambuco Minas Gerais Rio de Janeiro	04
1982	Pará Bahia Pernambuco Minas Gerais Rio de Janeiro São Paulo	08
1986	Acre Amapá Amazonas Ceará Piauí Rio Grande do Norte Rondônia Roraima Bahia Espírito Santo Paraíba Pernambuco Rio de Janeiro São Paulo Distrito Federal Goiás	26
1990	Acre Amapá Amazonas Ceará Maranhão Pará Roraima Espírito Santo Minas Gerais Rio de Janeiro São Paulo Distrito Federal Goiás Santa Catarina	28

FONTE: TOSCANO, 1982; TABAK, 1989; FEMEA, 1994; Folha de São Paulo, 1994.

A maioria das mulheres conduz a atividade política como um objetivo a ser cumprido, pois estão adentrando justamente porque anseiam romper com a lógica de que elas devem ficar apenas no lar. Elas querem romper paradigmas para garantir que seus direitos não sejam negligenciados ou usurpados. Assim, a política passa a ser vista como uma atividade a mais.

3.3 Especificidades do local

No município de Monte Horebe, assim como nas outras cidades vizinhas, a atuação feminina no poder local reflete exatamente a dinâmica política dominante em toda a cidade. No ano de 1983 houve a primeira mulher eleita vereadora horebense: Maria Gonçalves Bento. Seu perfil social, segundo fonte oral, era a de uma mulher com seus 30 e poucos anos, costureira, mãe de família, religiosa, nascida na região e casada. Foi considerada mulher de tradições locais que começou a apresentar fortes responsabilidades políticas naquele período, com a implantação de várias reivindicações. Solicitava limpezas ligadas às escolas, retirada de animais do centro, fazia críticas aos funcionários que não trabalhavam de acordo com as demandas, entre outras reivindicações. (PEREIRA, 2020.).

Esse perfil da mulher na política de Monte Horebe não traduz em sua amplitude as especificidades que uma análise mais detalhada que os seus dados pessoais e profissionais podem proporcionar. Se nos apoiarmos no período do ano eleitoral como base, constatamos que os eleitores em sua maioria buscam características que cheguem próximas com seus ideais pessoais. Sendo assim, os perfis em ano eleitoral dependem muito do que o candidato quer mostrar, suas qualidades, e do que a população quer ver.

Ao se referir à característica religiosa, as vereadoras em sua maioria são predominantemente católicas, como a maioria da população brasileira, especialmente na região Nordeste, porém há algumas exceções àquelas que exercem o protestantismo. (PEREIRA, 2020). Esse lado religioso atua com muita força política, pois por vezes as pessoas seguem o que a Igreja prega e o que é definido pelos sacerdotes ou pastores, garantindo seu poder não só através do controle religioso de seus fiéis, mas também da

intervenção e pressão sobre as estruturas formais e não formais, que são os ambientes relacionados ao meio social em que a população vive, não só o meio estrutural político.

As vereadoras exerceram seus cargos públicos apenas uma única vez, provocando uma queda nas reeleições municipais, e no âmbito nacional esse dado ainda é pior. No município em estudo o número das que conseguiram se reeleger é pequeno, no máximo três vezes, o que acarreta uma queda no índice de participação que atualmente ainda corresponde a 12,2% (IBGE, 2020) de mulheres eleitas. Por isso, é necessário levantarmos um questionamento que nos leve a pensar o porquê das mulheres terem tantas dificuldades de ingressarem na política.

Abaixo, foram criadas duas tabelas proporcionais aos dados emitidos através de pesquisas e diálogos breves com as candidatas ou parentes próximos. O intuito foi evidenciar, referenciar e diferenciar as mulheres e sua participação quanto aos anos eleitorais, os partidos e o resultado quantitativo de eleitas.

Tabela 2: Candidatas eleitas a vereadoras no município de Monte Horebe - PB (1983-2016)

Eleições	Nome	Partido	Total de Vereadoras	Eleitas
1983	Maria Gonçalves	PDS	01	01
1993	Maria Luzinete do Nascimento Lima Maria de Fátima Saraiva de Paiva	PTB	02	02
1997	Maria de Fátima Saraiva de Paiva Maria Luzinete do Nascimento Lima Mirtes Cavalcanti da Silva	PTB PMDB	03	03
2001	Mirtes Cavalcanti da Silva Sebastiana	PMDB	03	03

	Inocência da Costa Maria de Fátima Saraiva de Paiva	PSDB PTB		
2009	Francisca Ferreira Shirley Moura Palitot	PSDB DEM	02	02
2012	Mércia Maria Dias Josefa Alice da Costa Francisca Ferreira	DEMDEM PSDB	03	03

Tabela produzida pela autora.

Tabela 3: Candidata eleita a prefeita no município de Monte Horebe - PB (2016)

Eleições	Nome	Partido	Total de Prefeita	Eleita
2013	Cláudia Aparecida Dias	PSB	01	01

Tabela produzida pela autora.

O início da experiência política feminina em Monte Horebe junto a um partido é raro. O partido só existe muitas vezes para garantir a legenda e criar aliados necessários para as candidaturas e para as articulações dos grupos locais. O início da militância política ocorre principalmente nos períodos eleitorais. O apoio surge através do cotidiano familiar, na experiência e contato direto nessa esfera, ou com uma relação maior entre candidatas e chefes políticos. Estes são seus primeiros contatos com o mundo político e onde estão localizadas para que se adequem às demandas políticas do grupo ao qual pertencem, fazendo parte dos órgãos que compõem os municípios como as Câmaras e as Prefeituras de fato.

Com a intenção de estabelecer um perfil para a prefeita eleita nesta cidade em 2012, Cláudia Aparecida Dias, podemos levar em consideração também seus 30 e poucos anos, casada, católica, mãe de dois filhos, concursada profissionalmente no município como agente administrativa e vinculada diretamente à política, atuando como secretária de finanças no mandato anterior. (PEREIRA, 2020.)

A participação política da prefeita é de forma direta e muito específica. Não possuía experiência em cargos políticos, mas detinha de um conhecimento amplo de todo processo, principalmente pelo fato de se fazer presente e atuando diretamente no mandato anterior como secretária. O que a iguala no contexto do âmbito local e nacional, cuja mulher com frequência é identificada como posição educacional de seus maridos, primos, filhos amigos e pessoas próximas, já que a mesma foi direcionada pelo primo.

O que não surpreende é que atualmente a mulher também faz parte desses poderes de atuação, de pulso direto entre suas atitudes e os legados políticos, mas estão participando desse jogo. Sejam elas as que atuam na ausência dos homens e assumem a direção familiar e dos negócios; ou aquelas que assumem os postos dos maridos ou parentes em função de ordem judicial, por não poderem atuar legalmente. No caso desta pesquisa, na política horebense, essa mulher, como prefeita, atuou diretamente em seu mandato, mas direcionada pelo primo que até então era ex-prefeito da cidade, sempre em constante convivência com seus aliados, que também tiveram controle, partindo de cargos profissionais privilegiados, com benefícios e vantagens durante este mandato.

Em seu mandato, em 2013, Cláudia Aparecida Dias foi submetida a uma investigação na Operação Andaime, sendo outorgada uma denúncia do Ministério Público à prefeita ao seu esposo Fábio Barreto, e mais 14 pessoas.³ Foi processada, passou por todos os termos autorais da justiça, mas ainda pensava na reeleição, o que de fato se tornaria um grande desafio, mas a possibilidade de um novo mandato batia na porta, ocupando mais uma vez seu cargo executivo, o que seria relevante em nosso sistema político. Pois, a reeleição seria mais um período no mesmo cargo, na mesma circunscrição eleitoral na qual a mesma representante, na eleição imediatamente anterior, se elegeu. E, por fim, as figuras femininas que podemos perceber em âmbito nacional, como: Marielle Franco, Dilma Rouseff, Ana Affonso, Manuela d'Ávila, Talíria Petrone, e tantas outras que tendem a ter iniciativas próprias de entrarem no poder. Mulheres que a partir de experiências em militâncias, com

³Para maiores informações sobre o caso, *vide* reportagem <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/06/operacao-andaime-completa-um-ano-na-paraiba-com-67-reus.html>.

projetos políticos, que apresentam uma maturidade política maior, ou que são identificadas como líderes fortes que estimulam a vida social. São essas que decidem candidatar-se por rebeldia e por estarem cansadas de um governo patriarcal. Porque sentem a necessidade de fazer com que os setores populares e democráticos de nosso povo conquistem realmente esse espaço e possam utilizar o espaço político como um meio de democracia, de denúncia, mas principalmente de defesa e representação popular, defendendo os interesses da população, servindo para a população.

Partindo disto, como a sociedade é plural, é preciso que o poder político seja mais realista. Que essas mulheres que se propõem a disputarem lideranças, que estão a todo o momento ligadas ao ambiente masculino, sejam mais destacadas. Pois, essas mesmas acreditam que os direitos da mulher dizem muito mais com a independência social, e buscam mais espaço na tomada de decisões, para que desta forma haja um maior empoderamento pela ação coletiva desenvolvida quando participam de espaços privilegiados de consciência social.

Na política horebense, mesmo sendo uma cidade ainda jovem comparada às vizinhas, podemos ver uma atuação bem significativa do feminino. Com 4.816 habitantes (IBGE), as mulheres da cidade mostraram uma participação crescente ao longo dos anos. Podemos perceber a atuação feminina em meados de 1980, quando a primeira mulher candidatou-se a vereadora e foi eleita.

Por outro lado, mesmo na cidade de Monte Horebe (PB), as mulheres candidatas e eleitas em muitos casos estão diretamente ligadas à política, seja de forma conjugal (esposo) ou por amizades próximas aos políticos que, por vezes, são impedidos de exercer tal função.

A cidade em estudo, Monte Horebe mesmo apresentando uma demografia pouco extensa, é referência e destaque por apresentar um índice tão expressivo em relação ao número de candidatas femininas e eleitas. Muitas destas mulheres ainda são relegadas à esfera privada, sob o domínio dos valores masculinos. São poucas as que conseguem romper barreiras, sobressaindo-se na comunidade por serviços prestados através de seu trabalho profissional ou do prestígio que construíram. Na verdade, seja na cidade de Monte Horebe ou em outros municípios brasileiros, a mulher é representada como uma figura cujo principal papel é auxiliar nos momentos mais precisos e de crise política, isto é, nos momentos de conflito e restaurações em acordos dos aliados e grupos políticos. (MARIA; MÁRCIA. 2011).

No que se refere às onze candidatas horebenses, sendo dez vereadoras e uma única candidata eleita prefeita, a maioria delas que fizeram parte dessa experiência política por meio desta esfera pública tinham familiares que já haviam exercido algum vínculo direto ou chefia municipal na cidade, assim como cargos eletivos no legislativo municipal. O controle do poder local é a garantia não só de uma base eleitoral, instrumento de intercâmbio na negociação das regalias, cargos, recursos financeiros e no meio público em geral. É como se fosse uma necessidade de “dar continuidade” ao trabalho realizado pelo membro principal anterior, ou seja, algum familiar que exerceu o cargo anteriormente de suas candidaturas.

Podemos perceber que muitas são as razões que levam as mulheres a se candidatarem a esses cargos, e podemos observar que os interesses familiares são determinantes e não absolutos, apesar de virem tachados de palavras bem feitas como “convite, ajuda, solicitação”. O desejo de melhorar as condições de vida da população e do município, por exemplo, também são importantes motivos, o qual chama a atenção nas suas falas, mobilizando as vereadoras e a prefeita.

Buscando levar em consideração muitos dos motivos e objetivos, é possível identificar finalidades assumidas pela prefeita e vereadoras em relação às demandas específicas das mulheres, já que a história política nordestina, em especial, também foi e é marcada pela troca de favores, fazendo com que muitas das candidatas se comprometessem com aliados ou até mesmo eleitores.

A prefeita tem o papel de assumir total responsabilidade no município, carregando fardos pesados de organização e demandas da população, além de enfrentarem a falta de recursos financeiros e técnicos, e condições de miséria da população devido à falta de interesse dos órgãos públicos competentes. As vereadoras têm que conviver com os limites do poder legislativo municipal, com possibilidades mínimas de exercício das suas prerrogativas.

E mesmo sendo um período em que as verbas eram atribuídas de forma minimizadas, Maria Bento, já citada anteriormente, juntamente com a vereadora Luzinete do Nascimento Lima, eleita em 1993 e considerada mais uma figura feminina no pleito municipal, não mediram esforços de cobrança, exercendo seus papéis de acordo com seus objetivos. Maria Luzinete, que vinculada e influenciada pelo marido e seus familiares no ingresso à política, também atuava como professora, ligada diretamente à educação, requeria aumentos de salários, fazia críticas à saúde, detinha seu principal interesse na valorização de sua categoria

profissional, os professores, e manifestava seus interesses baseados na sua força e preocupação com a cidade.

Em 1993, ainda temos a presença de outra mulher eleita, Maria de Fátima Saraiva, também ligada à educação. Posteriormente, em 1997, assume Mirtes Cavalcanti da Silva, e Sebastiana Inocêncio da Costa, em 2001. No ano de 2009, assume Shirley Moura Dias Palitot e Francisca Ferreira de Moraes. Em 2015, Mércia Maria Dias é eleita, junto de Josefa Alice da Costa, e neste mesmo ano Cláudia Aparecida Dias ingressa como a primeira prefeita da cidade de Monte Horebe (PB), com a maioria dos votos e aliada ao ex-prefeito.

O intuito de especificar o ano de mandato de cada mulher eleita em Monte Horebe é o de mostrar a sua forte participação diante de um município pequeno, as constantes candidaturas e os resultados positivos em cada uma delas. Torna-se importante apresentar também o exíguo tempo de mandato de muitas delas nos seus cargos, tendo em vista a dificuldade dos poucos recursos, principalmente no que diz respeito às verbas. Mesmo assim, muitas dessas candidatas procuraram melhorar a vida dos horebenses, bem como contribuir para o progresso e o crescimento da cidade. Diante de todo esse período essas candidatas desejaram lutar basicamente pelos mesmos objetivos, sempre voltados para o melhor da população. As cobranças e reivindicações eram sempre baseadas na pavimentação das ruas, o cuidado com a vida social da população, exigindo esclarecimentos sobre as políticas públicas na saúde, medicamentos, saneamento básico, construções de melhores escolas, salários dignos para os servidores e professores, construção de estradas, de postos de saúde, ampliação dos açudes para o abastecimento da população, dentre tantas outras exigências. É destacável que a intenção de melhoria era a mesma, mesmo que nos primeiros mandatos, na década de 1980, as coisas fossem mais difíceis, com maior dificuldade nos acessos políticos. Com o passar dos anos a participação feminina foi progredindo, garantindo e fornecendo às mulheres a autonomia de conquistar o desejado.

São estes aspectos de luta que ficaram expostos nas atas que iremos analisar no próximo capítulo.

4 OS ASPECTOS DE LUTAS DAS MULHERES QUE EXERCEREM CARGOS PÚBLICOS NA CIDADE DE MONTE HOREBE

4.1 A prefeita

Como vimos nos capítulos anteriores, na organização social nacional as mulheres ficaram relegadas à esfera privada em muitos momentos, no entanto, mesmo reclusas ao lar atuavam no mundo público. Como consequência não tiveram acesso às estruturas do poder político. Porém, no decorrer dos anos e no estudo apresentado durante esta pesquisa, é possível ver o aumento significativo da participação das mulheres no espaço político. Na prática, a partir do que já foi discutido nos capítulos anteriores, os municípios, em especial o de Monte Horebe (PB), podem ser percebidos como espaços em que as mulheres se destacaram na sua atividade política, instituindo assim uma atuação pública como em suas atividades domésticas e sociais.

A atividade política no município de Monte Horebe, por tratar-se de um município com uma menor estrutura política, considerando seu número de habitantes e votantes, fundamentou-se na realidade social mais imediata e concreta. As relações familiares, de compadrio, de dominação patriarcal são expressas a partir dos interesses partidários. No caso do município em questão, foi possível perceber que as mulheres iniciaram sua atuação no bairro e aos poucos foram estendendo-a em âmbito municipal, seja por meio de uma opinião direta ou na construção de concepções ligadas às suas atuações nos bairros. Nesse sentido, o município representa um valioso espaço para o estudo da participação política da mulher e a análise de suas especificidades, pois é na esfera do poder político onde se distingue, de forma mais tênue, a relação entre o público e o privado.

Sendo assim, buscou-se neste capítulo analisar a atuação das mulheres por meio de seus discursos presentes nas atas e as contribuições existentes na esfera política destas personagens: Cláudia Aparecida Dias, como única prefeita até então eleita; e as nove vereadoras, entre os anos de 1983 e 2016, que assumiram cadeiras na Câmara municipal: Maria Gonçalves Bento, Maria Luzinete do Nascimento, Maria de Fátima Saraiva de Paiva, Mirtes Cavalcante da Silva, Sebastiana Inocêncio da Costa, Francisca Ferreira de Moraes, Shirley Moura Dias Palitó, Mércia Maria Dias e Josefa Alice da Costa. Essas mulheres apresentaram em sua trajetória política papéis fundamentais, mas ao mesmo tempo afirmações

de um sistema patriarcal, ou seja, uma cidade tão pequena tem seu destaque pelo número de mulheres candidatas e eleitas, porém algumas ingressaram de modo direto pelos seus companheiros ou parentes homens, o que contradiz momentos em que deveriam ser significativos, reconhecidos e destacados por existirem em bancadas públicas mulheres que se dispuseram a exercer tais cargos.

Nas eleições municipais de 1992, de acordo com os dados apresentados por Costa (2014), foram eleitos 4.491 prefeitos em todo o país. Desses, somente 178 foram mulheres, isto é, 3,9% do total. Um número insignificante em relação à totalidade do país, mas em termos percentuais, esse número representou um importante avanço em relação às eleições anteriores. Em 1958, as mulheres eram 0,2% do total de prefeitos brasileiros; nas eleições de 1972, passaram a ser 1,2%. Em 1988, o percentual já estava em tomo de 2,4%; mas, apesar disso, os índices estavam longe de uma representação mais democrática, ou pelo menos equitativa, com relação à distribuição do eleitorado com base no gênero.

Não há uma relação direta entre o tamanho do município e a proporção de prefeitas eleitas. Pode-se detectar uma incidência um pouco maior entre os municípios com populações entre 10 mil e 50 mil habitantes, ainda que isso não chegue a definir-se como uma tendência, já que nas três últimas eleições municipais, as mulheres foram eleitas para a chefia do município em grandes capitais e importantes cidades. Nas eleições complementares de 1995, Maria Luiza Fontinelle foi eleita prefeita de Fortaleza, uma das mais importantes cidades do Nordeste. E na eleição de 1988, Luiza Erundina foi eleita em São Paulo. (COSTA, 2014.)

Pensando o caso de Monte Horebe, é possível perceber aspectos que se assemelhavam ao contexto político nacional quando direcionado a eleição das mulheres. As figuras femininas eram eleitas em maior quantidade. Assim, no que se refere ao legislativo municipal, o tratamento dos dados no âmbito nacional, bem como local, sempre foi difícil, mesmo que somente em termos quantitativos, em função da inexistência de organização dos dados por parte do Tribunal Superior Eleitoral.

Dito isso, é possível perceber que a mulher eleita em 2013 colabora com um perfil de figuras femininas na política já traçado anteriormente, tendo em vista que são casadas, mães religiosas e na maioria das vezes já possuem algum vínculo com o poder político. Sendo assim, entre as características que colaboram com a imagem de Cláudia Aparecida Dias, destacam-se: uma mulher com faixa etária de 30 anos, casada, católica, mãe de dois filhos,

com ensino superior completo, concursada no município como agente administrativa e vinculada diretamente à política por meio das influências familiares, o que possibilitou uma atuação que colaborou com a sua candidatura à prefeita deste município.

Durante os quatro anos de seu mandato (2013-2016), Cláudia Aparecida esteve filiada ao Partido dos Democratas (DEM), exercendo sua atividade política legal. Com um grande desenvolvimento urbano, que será especificado nos próximos parágrafos através de alguns exemplos de obras e contribuições para população, Monte Horebe caracterizou-se pela existência de um eleitorado historicamente identificado como de situação, isto é, favorável às ações do governo federal, funcionando sempre como apoio aos candidatos, já que por muitos mandatos a mesma família vinha assumindo o poder executivo. O que fundamenta a ideia de que o familismo era, naquele momento e atualmente, um dos pilares do universo político horebense.

Com isso, é possível perceber que Cláudia teve sua imagem construída para ser semelhante ao que era esperado para o Brasil naquele momento, conforme discute François Bremaeker (1990), em pesquisa realizada em 1988. Segundo a autora, 52,3% dos prefeitos brasileiros tinham educação de nível superior e 41,1% exerciam profissões liberais. Perfil similar se apresenta para as mulheres: Quase todas possuíam o nível superior ou o médio, eram geralmente professoras ou funcionárias públicas e tinham idade entre 36 e 45 anos.

Com o número de mulheres eleitas para as prefeituras a partir da conquista do voto feminino, destaca-se o fato de que uma quantidade importante de mulheres conseguiram se reeleger por várias vezes para essa mesma função. Em 1982, o percentual das mulheres eleitas que realizaram seu segundo mandato foi de 70%; já em 1992, o percentual de reeleitas foi de apenas 31,5%. Ao compararmos ao município de Monte Horebe, a única prefeita mulher até então eleita não conseguiu se reeleger em seu mandato, exercendo sua função por quatro anos. Este cenário começou a mudar, desde que famílias brasileiras que compõem esses espaços políticos passaram a revezar a participação de seus membros nos cargos políticos, visto que era comum um controle das eleições pelas famílias (OLIVEIRA et al, 2017).

No caso do município de Monte Horebe (PB), Cláudia Aparecida Dias ingressa sucedendo oito anos de governo de seu primo Erivan Dias Guarita. Junto com seu grupo político, Erivan confiou a missão de manutenção do poder político local à sua prima, o que já seria trágico para a primeira mulher eleita prefeita em um município tão pequeno

demograficamente. Com isso, iniciou em primeiro de fevereiro de 2013, um governo que deu continuidade política familiar, cujos interesses pessoais prevaleciam, um jogo político entre uma família detentora do poder que se fazia cada vez maior, reiterando por anos os mesmos personagens, o que acabou afirmando a realidade da política brasileira, a presença da mulher no empoderamento político é uma das menores do mundo, e “a participação política continua sendo o principal fundamento da vida democrática, e o instrumento por excelência para a ampliação dos direitos de cidadania” (AVELAR, 2004, p. 225).

Na sessão de posse da Câmara Municipal, Cláudia Dias se encontrava presente para os cumprimentos iniciais e explicações, e trouxe projetos para serem aprovados. Com uma bancada de oito vereadores, a prefeita apresentou na sessão um projeto de criação, estruturação e funcionamento do conselho municipal sobre álcool e drogas (COMAD), e do fundo municipal. Também foi parabenizada pelos vereadores pelo começo da construção de dez casas populares, com o prazo de 60 dias para entrega, e posteriormente viriam mais 30. Entre esses e outros benefícios diretos para a população, foram citados também a operação “tapa buracos” e mais algumas outras construções no município. A prefeita também fez seu pronunciamento e ressaltou a importância da aprovação do projeto COMAD, parabenizando os vereadores e em seguida, dizendo:

Estamos aqui para trabalhar pelo povo, a campanha eleitoral acabou, nós temos que governar, existe inúmeros problemas, como: a seca, a saúde que é um problema diário, a educação que é uma busca contínua, as estradas que inúmeros problemas irão surgir, e o povo precisará da nossa dedicação, então convido a vocês a virem comigo nessa jornada em busca de melhoria para o povo horebense.⁴

Em sua fala, Cláudia apresentou alguns aspectos referentes à seca, à saúde e ao bem estar social, que demonstram intenções de continuidade dos projetos de seu primo: o ex-prefeito Erivan Dias Guarita, o que caracteriza uma continuidade no poder por parte de vínculos familiares.

No início de seu mandato, Cláudia Aparecida Dias aceitou e levou para si, como gestora municipal, muitas reivindicações, cobranças e elogios. Ser mulher e prefeita seria de fato um grande desafio. Durante todo período foi cobrada por oito vereadores, a maioria vinculados à situação, mas que não deixavam de buscar melhorias para população.

⁴ Cláudia Aparecida Dias. Ata da Câmara de Monte Horebe (PB), 01 de Fevereiro de 2013, folha 84.

De acordo com as atas municipais analisadas neste trabalho, foi possível perceber que obras foram feitas, projetos aprovados e algumas solicitações não foram concluídas. Na gestão de Cláudia Dias, muitos foram os empregos servidos à população, principalmente quando se trata de alianças e acordos políticos na cidade como Monte Horebe. Houve melhorias aos servidores da saúde, como entrega de ambulâncias, aumento salarial nesse setor, e até uma reforma na Unidade Básica de Saúde que atende todo o município. A cidade foi contemplada com o programa “Mais Educação” do Governo Federal, foram implementados alguns projetos de vigilância ambiental, ambulância nova para a cidade, trator, entre outros. Isso mostra que houve por parte da prefeita a preocupação em dar continuidade com o projeto de melhorias para o município.

Entretanto, também houve críticas, principalmente no que diz respeito aos pagamentos dos funcionários que por vezes não foram realizados em dia, mesmo que tenha havido aumentos pelo gestor. Os salários deixaram a desejar no momento da realização do pagamento, atrasando principalmente o dos funcionários da limpeza pública; licitações que não saíram do papel, obras inacabadas como, por exemplo, a creche, verbas que vieram para reformas ou construções de novas obras e não foram feitas, iluminação precária, e mais tantos outros problemas que a gestora não resolveu em seu mandato. Tais aspectos demonstram que Cláudia Dias possivelmente realizou os feitos que estavam diretamente relacionados aos interesses de seu grupo político.

É importante percebermos a problemática que levou Cláudia Dias a ser gestora de Monte Horebe, pois sua participação na esfera pública não rompe com as velhas estruturas patriarcais que a mantém subjugada. Ela é reforçada e incorporada nos mesmos papéis que a muitas são atribuídas.

Se por um lado a prefeita implantou vários projetos sociais como o Pronatec e Mulheres Mil, e entregou mais de quarenta casas populares e cisternas em sua gestão, que são algumas das bem feitorias realizadas juntamente com o poder Legislativo, por outro, seu mandato ficou devidamente conhecido nacionalmente pela corrupção, o que a levou a ser afastada de seu cargo e posteriormente responder a processos judiciais⁵.

⁵Para maiores informações sobre o caso, *vide* reportagem no Gshow G1, meio do *link*: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/06/operacao-andaime-completa-um-ano-na-paraiba-com-67-reus.html>.

No dia 21 de julho de 2015, o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB) determinou que a prefeita ficasse distante a 100 metros dos prédios públicos, e no mesmo dia foi realizada uma operação na prefeitura da cidade. Em outra determinação no mês de agosto, o TJ afastou Cláudia Dias do cargo de prefeita devido às irregularidades nas licitações outorgadas na 3ª fase da Operação Andaime, que foi deflagrada em 2015 desarticulando quadrilhas especializadas em fraudar licitações em obras e serviços de engenharia executados por 16 prefeituras do Sertão da Paraíba. Esta decisão fez com que o seu vice, Luciano Pessoa Saraiva, se tornasse titular do poder Executivo municipal naquele momento, e que inicialmente já foi surpreendido com várias demandas pelo poder Legislativo.

Em 2016, Cláudia Aparecida Dias foi novamente candidata ao cargo de prefeita, mesmo depois de ter sido presa na operação da Polícia Federal. A ex-prefeita conseguiu através de varias recorrências na justiça voltar a participar do pleito eleitoral neste município, agora pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), e com a Coligação “A Força do Trabalho”. Sendo mulher e concorrendo contra Marcos Eron Nogueira, um homem, não obteve a reeleição. Esta derrota que também têm suas ligações com um ano atípico brasileiro, que foi marcado pela insegurança com a política existente, em função do afastamento da presidente Dilma Rousseff da posição do novo governo e a operação da Lava Jato. Levando em consideração a situação e o momento nos dois âmbitos, local e nacional, é possível perceber uma tendência maior em via de justiça para as mulheres. De um lado uma prefeita que foi presa, julgada e processada por ações cometidas contra seu próprio governo; de outro uma presidenta também envolvida em escândalos de pedaladas fiscais, mas que sofreu abuso de poder pelos seus colegas e pelo seu próprio vice. Afastada, humilhada e julgada, Dilma não enfrentava somente o rancor da elite contrariada, mas também todos os preconceitos existentes contra as mulheres, afinal é mais fácil levar uma mulher ou um homem a julgamento? Sabendo que a maioria de seus julgadores são figuras masculinas.

Sendo assim, é compreensível que a primeira candidatura de Cláudia Dias e sua atuação apresentem-se como um marco na história política horebense, de imediato como a primeira mulher eleita prefeita, porém uma servidora pública que poderia ter feito mais para exaltar essa participação e incluir de fato a figura feminina no poder público dessa cidade, não só provocando a emancipação, mas abrindo portas para outras mulheres que quisessem adentrar neste meio por independência, para desconstruir a ideia de que esse espaço é somente para homens. A exclusão persiste e resiste. Cláudia foi vista e será lembrada, mas

não como exemplo de emancipação, e sim, como mais uma continuidade de um governo desenfreado que perpetuou por muitos momentos nesta cidade.

Com tudo, visto que até então apenas os cargos de vereadores haviam sido ocupados por mulheres, a política horebense de fato não teria sido tão modificada quanto necessária. O jogo político local continuou com as mesmas práticas, as ressignificações em termos de atuação e participações, foram destaque em relação ao número de mulheres candidatas e eleitas em uma cidade cuja população ainda é tão baixa. O familismo e as ideologias políticas continuam presentes. Mudam-se os personagens, mas as práticas são as mesmas.



Prefeita Cláudia Aparecida Dias

2013 – 2016

4.2 As vereadoras

Na ideia de também estabelecer um perfil representativo das vereadoras horebenses: Maria Gonçalves Bento, Maria Luzinete do Nascimento, Maria de Fátima Saraiva de Paiva, Mirtes Cavalcante da Silva, Sebastiana Inocência da Costa, Francisca Ferreira de Morais, Shirley Moura Dias Palitó, Mércia Maria Dias e Josefa Alice da Costa, temos mulheres com idades entre 30 e 40 anos, católica e protestante, casadas, com ensino fundamental e superior completos, costureiras, professoras, secretárias, donas de casa. Esses perfis não traduzem em sua amplitude as especificidades que uma análise mais detalhada que os dados podem proporcionar, mas mostram em síntese o pouco que essas vereadoras representaram em sua atuação política no período em que fizeram parte do pleito municipal.

Richard Graham (1997) aponta que os períodos eleitorais no Brasil imperial eram momentos que interferiam diretamente no cotidiano social, seja de populares ou dos membros das elites políticas. Esse cenário também pode ser visualizado no Brasil República, quando importantes setores da população brasileira, que se mantêm afastados da vida política partidária, ao chegar o período eleitoral participam dos encontros nos comitês eleitorais e das atividades típicas das eleições, tais como visita nas comunidades, panfletagens, adesivagens, comícios, entre outros.

Todos esses procedimentos partidários permitiram a atuação não só dos homens na esfera política, mas possibilitaram o ingresso de mulheres neste universo. Na cidade de Monte Horebe, entre os anos de 1983 a 2016, houve um total de dez mulheres eleitas neste período, o que para a época pode ser considerado algo raro, tendo em vista que o município possuía menos de 60 anos de sua emancipação e ainda tinha as raízes políticas ligadas ao patriarcado.

De acordo com as atas analisadas nesta pesquisa, por apresentar as vivências dessas mulheres no espaço da Câmara Municipal, e por tratar de suas falas, é possível perceber que havia uma intenção diferenciada nos discursos e nos posicionamentos por parte das vereadoras. Estas não apresentavam apenas projetos que correspondiam aos interesses da situação, mas se colocavam por meio das suas narrativas nas sessões da câmara municipal, muitas vezes até mesmo com críticas que jamais eram esperadas por parte dos vereadores, como pode ser visto nas análises a seguir.

Em 1983, com Maria Gonçalves eleita vereadora deste município, a população começou a ter uma referência feminina de determinação na Câmara municipal. É possível compreender a partir dos discursos proferidos durante seu mandato, que esta possuía um posicionamento de cobrança para com os seus colegas e direcionado também ao poder Executivo, buscando possíveis melhorias para a população.

Não recuava, nem desanimava, mesmo sendo a única mulher na Câmara. Manifestava-se a favor de projetos, como: a criação da biblioteca, denúncias na má limpeza da cidade, mais assistência para as pessoas carentes, solicitação de ambulância, construções de escolas nas zonas rurais, construção de esgoto, aumento de funcionários públicos, dentre outros. Foi a primeira mulher eleita para a presidência da Câmara. Em 1992 decidiu não mais concorrer a mais um mandato, deixando, assim, sua história na vida política desta cidade.

“Maria Gonçalves solicitando do poder executivo a construção de um grupo escolar com uma sala de aula e outras dependências ao sítio Batalha.” 30/11/1985

“Maria Gonçalves solicitou ao presidente da Câmara que os requerimentos fossem encaminhados ao prefeito municipal para as providências devidas.” 17/11/1987

“Maria Gonçalves solicitou o aumento dos salários dos funcionários públicos.” 12/03/1988

“A vereadora Maria Gonçalves solicitou o problema do açougue e do matadouro público desta cidade.” 24/03/1988

“Maria Gonçalves solicitou do Poder Executivo a concessão de reajuste salarial aos funcionários públicos.” 08/09/1989

“Maria Gonçalves reivindicou do prefeito uma melhoria no setor de limpeza pública, a construção de fossas nas residências das pessoas carentes, reposição das lâmpadas e aumento da área física do cemitério público.” 12/10/1990

“Maria Gonçalves solicitou a limpeza do cemitério público, e que a prefeitura contratasse um coveiro. Solicitando também a restauração do centro cultural e da quadra de esportes, e a reposição das lâmpadas queimadas. Em seguida, teceu críticas a administração pelo pouco número de obras feitas.” 19/04/1991

“Maria Gonçalves solicitou medicamentos, transportes, construção do calçamento em algumas ruas, limpeza pública e outros benefícios para o povo, reivindicando mais atenção do prefeito.” 11/09/1992.

A partir dos discursos apresentados acima, compreende-se que a vereadora Maria Gonçalves possuía uma atuação direcionada às necessidades cotidianas da população horebense, principalmente aqueles que precisavam recorrer diariamente aos espaços públicos em busca de subsistência, como é o caso dos açougueiros – em que ela tinha a preocupação de requerer do poder público uma reestruturação daquele espaço. Além disso, sua agenda política contava com a valorização dos servidores municipais, visto que ela solicitou por duas vezes o aumento salarial.



Vereadora Maria Gonçalves Bento

1983 – 1992

Outra candidata eleita no recorte temporal desta pesquisa foi Maria Luzinete do Nascimento Lima, em 1989. Casada, mãe e professora do estado, com seu ensino superior completo em Pedagogia, Luza como era conhecida, apresentava um vínculo direto com a política, pois os primeiros membros da família – “os Pretos”, como eram chamados –, já costumavam envolver-se no cenário político local. Luzinete foi vereadora por quatro mandatos seguidos, chegando por duas vezes à presidência da Câmara, e em sua quinta tentativa não obteve a reeleição.

Alguns aspectos de sua atuação podem ser visualizados nas narrativas extraídas das atas, a seguir:

“Como Presidenta, Maria Luzinete colocou em votação o projeto de requerimento da sua colega vereadora Maria Gonçalves, solicitando a construção e funcionamento de um MINI HOSPITAL, bem como médicos e enfermeiros, residentes na cidade.” 15/09/1989

“Maria Luzinete solicitou do poder executivo que fosse solucionado o problema do posto de serviço da telpa, pois alguns estão incomunicáveis, constituindo transtornos à população. Em seguida, solicitou o imobiliário para o posto de serviço da telpa, devolvendo as cadeiras da Câmara Municipal.” 01/03/1991

“Maria Luzinete reivindicou do executivo sementes agrícolas, medicamentos e tudo que for necessário para o bem do povo.” 30/09/1992

“Maria Luzinete solicitou a perfuração de fossas na zona sul da cidade, evitando a poluição do açude da cagepa e preservando a saúde da população.” 16/03/1993

“Em seguida, um requerimento da vereadora Maria Luzinete do Nascimento Lima, solicitando do Poder Executivo que seja criado um hino municipal, ao mesmo tempo reivindica aumento para os servidores municipais.” 08/07/1994

“A vereadora Luza usa da palavra, primeiramente cumprimenta colegas e pessoas presentes, em seguida deseja bons trabalhos paz e harmonia na volta das atividades legislativas e fala que está à disposição do povo amigo deste município, reivindicando melhorias em prol de todos.” 14/07/1995

“A vereadora Luza, ao usar da palavra cumprimentou a todos, em seguida falou que está pronta para defender o direito do povo, comentou: saber fazer dinheiro não sabemos, o prefeito é que deve saber onde está sendo distribuído. E que não somos empregados da prefeitura, fomos eleitos pelo povo que nos deram esse direito.” 05/07/1996

“Luzinete solicitou a construção de um calçadão para a Rua Presidente Médici, mais precisamente no trecho ou imediação da residência do senhor João Pinheiro até o prédio da Câmara municipal, solicitou também uma Praça na Rua João Agripino, dando continuidade a já existente, bem como construção de lavadeiras nesta cidade.” 31/01/1997

“Em seguida, usou a tribuna a senhora vereadora Maria Luzinete, dizendo que a cidade de Monte Horebe está precisando de segurança pública por parte dos policiais militares deste destacamento que não cumpriu uma escala de trabalho diariamente.” 31/04/1999

“Maria Luzinete solicitou a continuação do calçamento da Rua Presidente Médici, bem como a construção do calçamento da rua que fica localizada por trás da João Agripino nesta cidade, em seguida solicitou a regularização do pagamento dos funcionários públicos municipais que está atrasado.” 24/03/2000

A atuação de Maria Luzinete é constituída por diversos aspectos em termos de reivindicação aos direitos da população, tais como um município com uma boa infraestrutura e com segurança, no entanto, é possível compreender que havia um posicionamento de cobrança com relação às ações do poder executivo. Maria Luzinete não poupava palavras em seus discursos para ressaltar as obrigações que o prefeito deveria cumprir, entre elas: o pagamento salarial dos professores e destino do dinheiro público.



Vereadora Maria Luzinete do Nascimento Lima

1889-2000

Em 1993 foi a vez de Maria de Fátima Saraiva de Paiva a se eleger como a terceira vereadora mulher neste município. Eleita na gestão do prefeito Erivan Dias Guarita, Maria de Fátima veio de família cujos interesses advinham da política. Casada, mãe e ligada diretamente neste meio, também eleita durante quatro mandatos e foi presidenta da Câmara por uma vez. No ano de 2004 encerrou sua carreira no poder legislativo.

“Maria de Fátima solicitou do poder municipal, estadual e federal mais assistência às pessoas carentes e mais necessitadas.” 12/03/1993

“Maria de Fátima disse ter feito distribuição de feijão na zona rural.” 26/03/1993

“Fez uso da palavra à vereadora Neguinha cumprimentou a todos... Consequentemente ela diz que estar satisfeita com a nossa luta, a nossa união que nosso trabalho é todo em prol do povo e não a nós vereadores. A vereadora entra com um pedido de requerimento: que o prefeito Erivan Dias Guarita, proceda e que sejam construídos dois postos telefônicos nos sítios Capim e Areias deste município.” 13/01/1995

“A vereadora Neguinha, ao usar da palavra cumprimentou a todos e comentou: é lamentável a administração de Monte Horebe, a cidade sem comunicação (por os telefones estarem bloqueados), as ruas sujas as varredoiras sem receber seus vencimentos, então não trabalham, era bom que jogassem o lixo na frente da prefeitura.” 13/09/1996

“Em contra partida a senhora Presidente parabenizou os vereadores recém empossados desejando-lhes boas vindas a esta casa e consequentemente um bom trabalho nesta casa Legislativa.” 28/02/1998

“Maria de Fátima Saraiva de Paiva lançou dois requerimentos para que seja ouvido no plenário legislativo. Um para a construção do calçamento a paralelepípedo e respectivos esgotos na Rua Mãe Santa desta cidade. O outro referido ao poder executivo pela construção, instalação e recuperação das unidades escolares deste município.” 21/05/1999

“A vereadora Maria de Fátima solicitou do prefeito a recuperação da estrada da rodovia P4-400 ao sítio Serrote e sítios adjacentes.” 24/03/2000

“Maria de Fátima ao fazer uso da tribuna parabenizou o Presidente da Câmara pelos trabalhos e o senhor prefeito, em seguida justificou a ausência do senhor prefeito nesta cidade em virtude do mesmo está sempre pleiteando recursos financeiros para este município junto às secretárias do Estado e Ministério Federal.” 07/04/2001

“Requerimento nº 04/02 de autoria da vereadora Maria de Fátima Saraiva de Paiva solicitando do Poder Executivo a construção de lombadas na Rua Presidente Médici, desta cidade.” 01/04/2002

A partir do exposto acima, foi possível perceber que em seu exercício enquanto vereadora, Maria de Fátima (mais conhecida como Neguinha) teve como pauta benesses para a população da zona rural. Entre os pontos supracitados nas atas, destaca-se sua preocupação com as estradas e a educação nas comunidades. Além disso, a parlamentar não hesitava em cobrar do poder executivo avanços para o município e organização na comunicação por viastelefônicas – os chamados “orelhões”.



**Vereadora Maria de Fátima Saraiva de Paiva
1993-2004**

Como terceira mulher candidata e eleita, Mirtes Cavalcanti da Silva ocupou o espaço do poder Legislativo em 1997. Casada, mãe de dois filhos, Mirtes sempre foi ligada diretamente à política. De família grande, eles sempre detiveram participações, pois para este município sua família destacava-se por estar presente desde a construção desta cidade. Ela era empregada dos Correios, ingressando como vereadora por dois mandatos, até meados de 2004.

“A vereadora Mirtes em seu primeiro mandato instituiu a criação de um calendário para o pagamento do funcionalismo público municipal.” 31/01/1997

“A vereadora Mirtes usou a tribuna enfatizando que o Instituto de Previdência Municipal IPAM a nível de Monte Horebe não funciona e em detrimento está prejudicando os servidores públicos municipais, este problema será muito mais agravante posteriormente.” 28/08/1998

“A vereadora Mirtes Cavalcanti usou a tribuna parabenizando o Banco do Nordeste do Brasil, a partir de mais alta cúpula, e principalmente a agência da cidade de Cajazeiras que através da Sr. Sílvia tem prestado relevantes serviços as comunidades sertanejas.” 30/04/1999

“A vereadora Mirtes usou a tribuna e em palavras sucintas enfatizou que é necessário que o Poder Legislativo fiscalize veementemente o número de alunos matriculados no ensino fundamental, pois tem conhecimento que o prefeito municipal deste município está sendo acusado de mandar proceder matrículas de alunos fantasmas.” 27/01/2000

“A vereadora Mirtes situacionista, disse que a cidade está limpa, bem iluminada, pagamento em dia do funcionalismo, merenda escolar de boa qualidade, saúde funcionando continuamente, enfim, a administração do prefeito Pretinho está voltada efetivamente para os anseios da população de Monte Horebe.” 07/04/2001

“A vereadora Mirtes Cavalcanti disse que estava feliz e honrada em poder defender a classe sofrida e que jamais se colocaria diante de determinados fatos porque sempre esteve ao lado do povo e não vai se retrair.” 18/11/2002

Em seus discursos presentes nas atas, a vereadora Mirtes Cavalcante desempenhou uma narrativa focada em cobranças ao executivo. Sua prática política também era fundamentada em críticas direcionadas a maneira como a prefeitura administrava as escolas, visto que durante algumas de suas falas na tribuna, a vereadora levantou a possibilidade de que os alunos estavam sendo matriculados nas instituições escolares apenas para preencher vagas.



**A vereadora Mirtes Cavalcante da Silva
1997-2004**

O exemplo da legisladora Sebastiana Inocêncio, eleita em 2001 e sendo a quinta vereadora de Monte Horebe, é um caso típico do que a história entende por tradição familiar. Sebastiana foi posta no legislativo por seu esposo pelas vias de indicação, quando ele não pôde assumir o mandato e dar continuidade em seus projetos. Isso reafirma o que Priscilla Couto (2012, p. 53) chama de entrada da mulher na política por meio “[...] das relações familiares, quando o capital político foi acumulado devido ao reconhecimento de pais, maridos ou irmãos”. Além disso, percebe-se ainda que devido Sebastiana residir no maior distrito de Monte Horebe, conhecido por Santa Fé, poderia existir o interesse por parte do esposo em manter uma figura familiar no legislativo para garantir suas barganhas entre os eleitores distritais.

“Requerimento nº 008/2002, de autoria das vereadoras Maria de Fátima Saraiva de Paiva e Sebastiana Inocêncio da Costa, reivindicando do poder público municipal a eletrificação e equipação do poço artesiano do sítio Olho D’água Seca, com a finalidade de abastecer os sítios.” 18/11/2002

É importante ressaltar que o trecho acima foi o único localizado nas atas referentes ao recorte temporal desta pesquisa, em termos de participação direta da legisladora. No extrato aqui mencionado, percebe-se que a única fala da vereadora foi buscando melhorias para um sítio específico – sem mais passagens contendo sua participação.

A vereadora Sebastiana foi considerada um ícone, pois é difícil entender e até pensar em uma representante eleita e confiada pelos seus eleitores que não buscou melhorias, que não se pronunciou, não reivindicou e principalmente, não assumiu seu papel de uma verdadeira servidora pública. Sebastiana foi apoiada pelo seu companheiro que na época não pôde candidatar-se e sua estratégia foi firmar um figura feminina na eleição, porque as mulheres são bem vistas, detém o maior índice populacional do país, uma vez que mulheres e poder guardam uma relação semântica diferente da entre homem e poder, tanto que entre as próprias mulheres essa “baixa participação política é lida mais corretamente como expressão de uma sensação de impotência e estranhamento – „a política não é para gente como eu“ – do que de contentamento com a ordem estabelecida” (MIGUEL, 2014, p. 99).



A vereadora Sebastiana Inocência da Costa

2001-2004

O ano de 2009 iniciou trazendo novos ventos para a política horebense em termos de participação feminina, aspecto que não se via desde 2004. Duas vereadoras conseguiram se

eleger após quatro anos em um legislativo majoritariamente masculino. As eleitas para cumprir o mandato de 2009 a 2012 foram Shirley Moura Dias Palitó e Francisca Ferreira de Moraes. A primeira possuía um perfil semelhante às candidatas que haviam conseguido eleger-se em pleitos anteriores, sendo ela casada, mãe, com antecedência política, pois advinha de uma família com traços ligados diretamente ao poder público, cujo marido já fora gestor deste município.

A participação de Shirley Moura no legislativo pode ser problematizada a partir dos recortes de seus discursos nas atas, como veremos a seguir:

“A vereadora Shirley Moura disse: eu tenho plena convicção que a população de Monte Horebe nunca esqueceu, nem vai esquecer jamais, quatro anos de caos, de desgoverno e falta de compromisso com a sociedade horebense, o município e seus munícipes vivenciaram uma história negra sem precedente na história política desde sua emancipação.” 20/03/2009

“A vereadora Shirley Moura, solicitou que o art. 34 da Lei Orgânica Municipal e art. 98 do Requerimento Interno devem ser observados e cumpridos, que o mandato deve ser instrumento de representação popular. Que sempre defendeu união política deste município, que algumas pessoas vêm a esta Câmara defender seus próprios interesses em detrimento dos interesses da população, que os vereadores faltosos devem justificar suas faltas não só nesta casa, mas também com a população de Monte Horebe e, sobretudo com as pessoas que os elegeram.” 31/05/2010

“A vereadora Shirley Moura na oportunidade fez a leitura de uma carta enviada a esta casa pelo Sr. Francisco que trabalhava na casa de apoio em João Pessoa, à referida carta retratava os verdadeiros maus tratos aos pacientes que desta cidade para serem assistidos em João Pessoa... segundo a vereadora estas pessoas preferiam ser cuidados pela vereadora Francisquinha que deu assistência completa. Shirley afirmou que qualquer pessoa ligada politicamente aos vereadores de oposição eram maltratados e não recebiam uma assistência digna.” 15/06/2012

Diferente das demais vereadoras até então eleitas, durante seu mandato Shirley Moura não proferiu nenhum discurso no legislativo entoando reivindicações diretamente ligadas à população, mas em festividades realizadas nas secretarias municipais e nos eventos propostos pela prefeitura, a mesma se fazia presente em alguns deles e era convidada a fazer parte da mesa ou da comissão de frente como todos os outros vereadores, sendo rapidamente fotografada com a população como mostra a foto abaixo. Assim, a partir do que consta nas atas, suas falas teciam críticas a então gestão do poder executivo naquela época. Entre as críticas, destacam-se “a falta de assistência na saúde dos horebenses na capital” e a “ausência dos vereadores bem como sua atuação no legislativo”.



**Vereadora Shirley Moura Dias Palitó
2009-2012**

Em paralelo a atuação de Shirley Moura, tinha-se também a legisladora eleita Francisca Ferreira de Moraes, mais conhecida entre a população como Francisquinha. O perfil desta legisladora não acompanhava literalmente o perfil das demais, pois embora fosse casada e mãe, Francisquinha entrou na política em 2009 sem possuir uma trajetória de seus familiares na política. Nascida em Monte Horebe, residia em João Pessoa, e era de lá que ajudava os horebenses quando estes necessitavam de algum auxílio, principalmente no quesito saúde. Antes de ser eleita e morando na capital, possuía trânsito entre os hospitais e os médicos, facilitando a vida dos horebenses em suas idas para João Pessoa para tratamentos físicos. Porém, é uma situação não vista e extremamente preocupante. Mesmo não morando de fato em Monte Horebe, toda semana estava presente na cidade e nas sessões, mas legislar não é participar de uma sessão, nenhum vereador deve morar tão longe da cidade que foi eleito, não que seja regra, porém é bom senso, porque isso é uma prática que deve ser levada em consideração, pois todo cargo elegido em qualquer poder é responsável principalmente pela presença no município, uma presença física constante e não só em reuniões semanais. Francisca Ferreira agiu de maneira falha quanto a isso, e é uma problemática pouco vista e falada, pois os munícipes desta cidade pouco se importavam com essa situação, o que provoca uma preocupação ainda maior em relação à comodidade da população e a situação política

desse município. Nada justifica uma administração fora da sede, principalmente uma aceitação vinda do Executivo.

Francisca Ferreira, que, segundo as atas, prestou importantes serviços para o povo desta cidade, foi uma vereadora falha, sem consideração por seus eleitores que não esteve presente, não conviveu e não vivenciou de perto as verdadeiras necessidades daqueles que depositaram confiança em seu voto, uma situação injuriosa por parte da vereadora. Uma falta de visibilidade feminina.

Além disso, é possível perceber sua atuação nas sessões da Câmara a partir de algumas falas apresentadas a seguir:

“Em seguida usou a tribuna a vereadora Francisquinha solicitando do setor competente da prefeitura, a reposição de lâmpadas em várias ruas da cidade, principalmente no trecho ou imediações do terminal rodoviário ao colégio Bonifácio Saraiva de Moura.” 20/03/2009

“A vereadora Francisca Ferreira de Moraes, afirmou que sempre estará nesta casa à disposição de todos, como também em João Pessoa atendendo as pessoas mais humildes do nosso município.” 31/05/2010

“A vereadora Francisca Ferreira usou a tribuna afirmando que a saúde de Monte Horebe encontra-se na UTI, não temos ambulância, no posto médico não temos medicamentos tais como: dipirona, remédios para diabete, hipertensão, e outros que a população necessita, se quer temos termômetro para aferição da pressão arterial.” 05/10/2012

“A vereadora Francisca Ferreira de Moraes afirmou que irá continuar com seu trabalho, principalmente no atendimento a saúde das pessoas mais pobres, tanto para os que votaram em sua pessoa, bem como para os que não votaram.” 02/12/2012

“Foi dada a palavra a vereadora Francisca Ferreira de Moraes eu pedi providências ao poder executivo municipal em relação ao problema do Sr. “Dedé”, eu no mês de fevereiro do corrente ano recebeu o contracheque mas nenhuma quantia foi depositada em sua conta, e chamou atenção pela falta de EPI“S dos funcionários municipais que trabalham com eletricidade.” 18/05/2013

“A vereadora Francisca Ferreira de Moraes falou do descaso com a saúde, frisou eu uma mãe de família precisava fazer um tratamento dentário do seu filho para poder fazer uma cirurgia, não conseguiu fazer no município, mas através de contatos seus conseguiu que a criança fizesse o tratamento com um amigo seu de Bonito.” 28/02/2015

A partir do que fora apresentado, é possível perceber que a atuação de Francisquinha esteve diretamente relacionada às pautas da saúde pública. Reivindicou medicamentos,

assistência aos mais necessitados, melhorias no setor da UBS, pensando na infraestrutura assistencial da saúde como um todo.



**Vereadora Francisca Ferreira de Morais
2009-2016**

Em 2013, quase no fim do recorte temporal desta pesquisa, foi a vez de mais duas mulheres exercerem seu papel no poder Legislativo. Naquele momento entravam na cena política Josefa Alice da Costa (Zefinha de Zé Nilton) e Mércia Maria Dias.

A primeira era casada, mãe, católica e servidora pública municipal. Zefinha apresentava também uma ligação direta com a política, pois naquele momento já era esposa de ex-vereador – o que corrobora com o perfil até aqui destacado de mulheres horebenses que participaram da política. A atuação de Zefinha contou com apoio de seu marido, que a antecedeu em outros mandatos e atualmente ainda faz parte do Legislativo.

“Procedia à leitura da pauta com o requerimento 013/2013 de autoria da vereadora Josefa Alice da Costa, que reivindica do Poder Executivo a construção de lombadas nas ruas Presidente Médici e Mãe Santa.” 06/04/2013

“A vereadora Josefa Alice da Costa falou sobre a estrada do Braga falou eu em conversa com a prefeita ela disse que tem planos de projeto para calçar as principais ladeiras. Sobre o bolsa família, esteve conversando com a equipe que trabalha na

casa da família e a deficiência não e deles, acha que é o próprio sistema federal eu está dificultando a vida da população pobre, porque tem várias pessoas para averiguação.” 26/04/2014

“A vereadora Josefa Alice lamentou o IDEB do município, e falou que no dia 10 foi realizado 77 monografias, uma parceria da prefeitura municipal e do ministério da saúde com a equipe amigo do peito.” 14/03/2015

“A vereadora Josefa Alice avisou que teria orçamento democrático, convidando todos para participarem e lutar pela água.” 18/03/2016

Josefa Alice durante suas falas no legislativo deu maior atenção às questões direcionadas à infraestrutura do município, por ter a intenção de colaborar com o desenvolvimento dos projetos do então prefeito.



**Vereadora Josefa Alice da Costa
2013-2016**

No rol de vereadoras eleitas dentro do recorte temporal desta pesquisa, encontra-se Mércia Maria Dias. Esta era casada, mãe e católica. Este perfil a insere entre as outras mulheres eleitas vereadoras de Monte Horebe entre 1983 a 2016. Antes de ser legisladora, Mércia Maria foi secretária de saúde, o que colaborou com o fortalecimento de sua imagem para que mais na tarde fosse eleita vereadora. Além disso, também escreveu uma obra intitulada “Os 50 anos de Monte Horebe”, juntamente com seu esposo e sua irmã, sendo publicada no ano de 2015. Sua trajetória como vereadora se deu por apenas um mandato com grandes expectativas.

“Em seguida foi facultada a palavra à vereadora Mércia Dias, agradeceu inicialmente a Deus e ao povo por está aqui, que era uma honra fazer parte desta

casa Legislativa não sentia envaidecida, mas sim com o compromisso de fazer valer o direito e a voz do povo de Monte Horebe, todos vocês já conhecem o meu trabalho e o meu caráter, sempre trabalhei em prol do povo, nunca vi o povo de Monte Horebe através de siglas partidárias, sempre os vi com muito respeito, não quero ser a vereadora apenas das sextas-feiras, quero ser a vereadora de todas as horas, quero trabalhar também com os mais humildes.” 01/02/2013

“Mércia Maria Dias disse que é sim a favor de um concurso público aqui na cidade, sabe que tem pessoas gabaritadas, mas o município precisa de contratos emergenciais, infelizmente esse projeto não foi aprovado pela casa deixando a desejar alguns trabalhos.” 12/04/2014

“A vereadora Mércia Dias saudou a todos os presentes, falou que durante os mais de 90 dias ausente da casa, sentiu muita falta de cada um independente de situação ou oposição, falou que é muito bom estar aqui, porém foi eleita pelo povo para servir ao povo, foi convidada pela prefeita para assumir a Secretaria de Saúde em virtude de sua experiência na saúde de alguns serviços burocráticos. Foi, ajudou colaborou ao seu município, disse que fica feliz por ter feito sua parte como secretária, como pessoa e como vereadora e aqui está novamente de volta e se assim precisar, não só na parte da saúde, mas em qualquer uma ou em qualquer direção de Monte Horebe eu seja para beneficiar a população estar a disposição.” 11/04/2015.

Foi possível perceber que a vereadora Mércia Maria tinha sua atuação direcionada às pautas da saúde, colaborando diretamente com a então gestão do poder executivo municipal. Um exemplo disso pode ser percebido quando se afastou por 90 dias para exercer a função de secretária da saúde. Para além de seus feitos legislativos, é importante destacar sua contribuição para a história deste município quando escreveu o livro em comemoração aos 50 anos de Monte Horebe.





**Vereadora Mércia Maria Dias
2013-2016**

A partir de tudo que já foi discutido até aqui, é importante ressaltar que estas análises não esgotam as discussões em torno da participação das figuras femininas na política horebense. Todavia, neste momento foi possível entender que o papel dessas mulheres foram passos importantes para a participação das mulheres no cenário político horebense, também para mostrar que até mesmo as próprias mulheres se desviam de suas independências políticas, por aceitarem participar de jogos políticos. Além disso, as eleitas traçam um perfil do tipo de mulheres que chegavam à Câmara dentro do recorte temporal desta pesquisa. O intuito da maioria das vereadoras foi de beneficiar o povo horebense até mesmo pelos próprios interesses pessoais, independentemente da forma pela qual ingressaram no poder público. Essas personagens reivindicavam direitos femininos, criavam projetos, votavam a

favor de obras que favorecessem a população, silenciavam quando deveriam falar e por vezes provocaram um misto de alegrias e tristezas em seus eleitores.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho procurou-se traçar um diálogo sólido e concreto das principais figuras femininas locais e um perfil das mulheres que ocuparam lugares na Câmara municipal e na prefeitura entre 1983 e 2016, em especial no que se refere às suas práticas políticas. Partindo das discussões feitas nos capítulos e na análise dos dados, identificamos fatores que contribuíram para o delineamento da atuação feminina, como por exemplo: as alianças, as bases políticas construídas, a filiação ideológica e a socialização entre homens e mulheres em uma sociedade patriarcal.

A maioria das mulheres de início sofrem constantes desafios na adaptação a esse ambiente hostil, com práticas políticas a qual não foram treinadas e que as fazem se sentir deslocadas e perdidas em determinadas situações, além de alguns impedimentos que mesmo com a atribuição do voto que lhes foram dadas ainda é visível muitas restrições, como na maioria das vezes a negação da voz, a representatividade ou até mesmo calúnias para afastamento. A prefeita tem o papel de assumir total responsabilidade no município, buscando benefícios e demandas para população, mesmo que enfrentem a falta de recursos financeiros e técnicos, e condições de miséria, devido à falta de interesse dos órgãos públicos competentes. As vereadoras têm que conviver com os limites do poder legislativo municipal, com possibilidades mínimas de exercício das suas prerrogativas.

Ainda temos muito a alcançar para que seja realmente efetivado a igualdade de participação entre homens e mulheres nas eleições, mas muitas mudanças já foram feitas, e somente com mudança de mentalidade, políticas públicas adequadas e a maior inserção e interesses das mulheres pelo meio política que teremos a plena igualdade que tanto almejamos, para que assim nossa sociedade seja mais igualitária, justa e inclusiva e que possamos chegar ao nível dos países desenvolvidos.

Sendo assim, a intenção desta pesquisa foi examinar a participação política da mulher horebense no âmbito municipal, baseando-se na relação de poder na esfera pública, o sujeito político a nível de vereadoras e prefeita, a inserção feminina na dinâmica do poder local em Monte Horebe, o discurso e a prática das mulheres eleitas, e as mudanças nas diferentes décadas em estudo.

De certa forma, na conclusão deste trabalho é notório que as mulheres formam parte estratégica de conservação e manutenção do poder patriarcal e oligárquico, incorporando-as sempre que os interesses do grupo familiar ou político ao qual pertencem necessite de reforços para sua preservação. Foram convocadas na ausência ou por impedimento de um homem de influência social e política, com maior prestígio e de confiança dos grupos de poder. A participação feminina nas esferas políticas formais mostra que a cidadania e a conquista que é proclamada pela sociedade em relação aos cargos eleitorais são apenas mais uma vertente do papel exercido de subordinadas, ou como um processo de subordinação de gênero, mantendo-as subjugadas na esfera privada. As mulheres que atuaram no poder local dificilmente chegaram ao poder a partir de uma trajetória de militância própria, ou seja, o acesso à vida pública é mais árduo, e quando ingressam geralmente são por acordos políticos com bases patriarcais.

Apesar das inúmeras dificuldades e motivos da falta de atuação política feminina e a grande dominação patriarcal, as mulheres ativas no poder local mostraram muitas transformações no meio em que viveram, ou seja, a atividade direta no exercício da esfera política despertou em muitas delas a consciência de suas potencialidades e de um novo mundo a ser melhorado por cada uma. E, mesmo que isso ainda esteja no início, já se faz deslumbrar a possibilidade de grandes mudanças nos tempos atuais e futuros, no qual aos poucos podemos ver manifestações de figuras femininas nos grandes cargos políticos. O maior problema ainda, é o receio de romper com os limites patriarcais estabelecidos pela própria sociedade em si, impedindo-as de se libertarem e assumirem novas práticas baseadas em relações equitativas.

Assim, mesmo com todos esses questionamentos, podemos perceber que foi possível que algumas mulheres, e sendo mais específica, onze mulheres horebenses, rompessem com o bloqueio sexista da participação política nas esferas formais de poder deste município, apesar de ainda ser um número tão pequeno em comparação ao dos homens. Em geral, a mulher horebense que atua nos cargos políticos permanece fechada em uma sociedade não igualitária, cheia de preconceitos e discriminações. Em melhoria disto, faz-se necessário a criação de novos conceitos e pensamentos, construir uma cidadania onde a diferença em termos sexistas não seja a razão de exclusão e não participação, mas que inclua a mulher de forma mais adequada e justa no meio social, e fazendo com que o número crescente de atuações femininas venha a crescer cada vez mais.

Portanto, uma nova cidadania seria a base de uma democracia mais livre e mais aberta para as mulheres, consolidada em princípios modernos de igualdade. Incorporando-se as mulheres, de fato, à vida pública, garante-se uma maior representatividade política feminina na cidade de Monte Horebe. As mulheres aqui apresentadas, mesmo diante de uma cidade pequena, do interior paraibano, mostram-nos um índice de participação política muito significativo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia & Feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.
- AVELAR, Lucia. **O voto feminino no Brasil**. (Tese doutoral em Ciências Sociais). São Paulo: PUC/SP, 1985.
- BATISTA, Bernadinho. **Operação Andaime completa um ano na Paraíba com 67 réus**. Gshow – G1, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/06/operacao-andaime-completa-um-ano-na-paraiba-com-67-reus.html>. Acesso em: 20/06/2016.
- BLAY, Eva. **As prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir, 1981.
- BREMAEKER, François E. **Perfil do prefeito brasileiro: 1989-1992**. Rio de Janeiro: IBAM/CPU/IBANCO, 1990.
- CAVALCANTI, Aldo Pereira. **[Entrevista concedida]** a Maria Thereza. Monte Horebe, 15 de out. 2020.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. **As Donas no Poder mulher e política na Bahia**, Coleção Bahianas; 02. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1988. 248p.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, **O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. 411p.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GUARITA, Antônia Dias. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe-PB, 1983. 100 p.
- GUARITA, Antônia Dias. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe – PB, 1984.
- LIMA, Daniela. **A participação das mulheres na assembleia nacional constituinte de 1987**, Jornal Correio Braziliense, Revista do Correio, de 28/10/2007, p. 14.
- MIRANDA, Antônio Dias. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe – PB, 1992. 100 p.
- NASCIMENTO, Francisco Dias. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe – PB, 1998. 200 p.
- NASCIMENTO, Francisco Dias. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe – PB, 2001. 200 p.

- NASCIMENTO, Francisco Dias. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe – PB, 2006. 200 p.
- NASCIMENTO, Francisco Dias. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe – PB, 2009. 100 p.
- NASCIMENTO, Francisco Dias. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe – PB, 2012. 200 p.
- NASCIMENTO, Leidivânia de Lima. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe – PB, 2014. 200 p.
- PEREIRA, José Nilton. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe – PB, 1996. 200 p.
- PERROT, Michelle. **A história feita de greves, excluídos & mulheres** (entrevista). Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(2): 191-200 outubro de 1996.
- PINTO, Celi. **Participação (representação) Política da mulher no Brasil: Limites e perspectivas**. In. SAFFIOTI, Heleieth e MUNOZ-VARGAS, Monica (org.). Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ NIPAS e Brasília: UNICEF, 1994.
- PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.
- RIBEIRO, Cristiane de Paula. **A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850 1886)**.
- RIBEIRO, Paulo Silvino. **"Participação da Mulher na vida política"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/participacao-mulher-na-vida-politica.htm>. Acesso em 15 de março de 2020.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York, Columbia University Press. 1989.
- SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: as mulheres no Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SOUSA, José Luciê. **Registro de Atas da Câmara Municipal de Monte Horebe**. Monte Horebe – PB, 1994. 100 p.
- TABAK, Fanny. O perfil da vereadora brasileira. **Revista de Administração Muni. Vol. 35, Nº 186** (janeiro/março). Rio de Janeiro: IBAM, 1988.
- TOSCANO, Moema. **A mulher na política**. In. TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema (org.). Mulher e política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.